

ECONOMISTAS

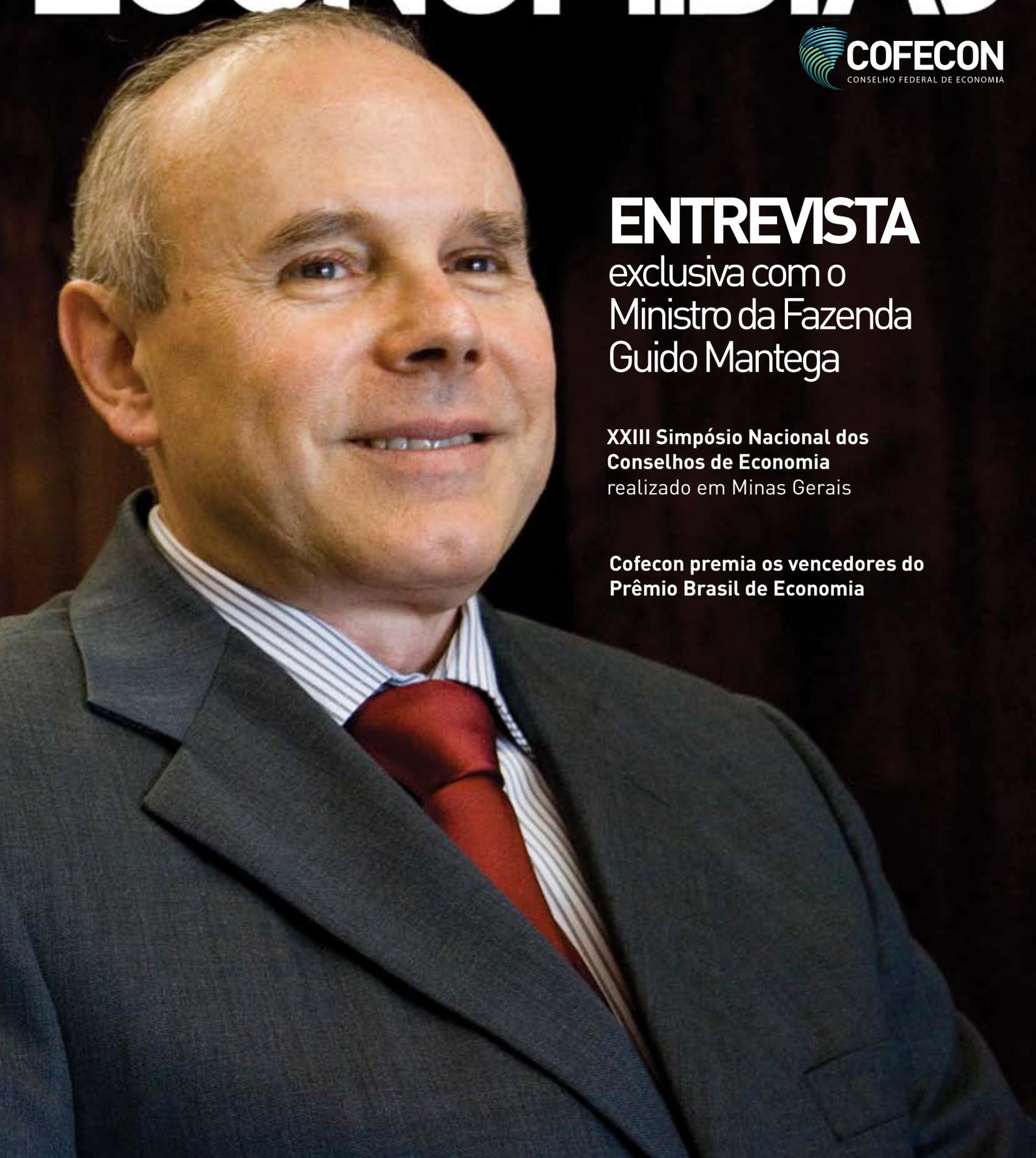


ENTREVISTA

exclusiva com o
Ministro da Fazenda
Guido Mantega

**XXIII Simpósio Nacional dos
Conselhos de Economia**
realizado em Minas Gerais

**Cofecon premia os vencedores do
Prêmio Brasil de Economia**





31

Prêmio Brasil de Economia

Lista de profissionais premiados



34

Gincana Nacional de Economia



20

Since – XXIII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia



SUMÁRIO

05

Editorial
Ermes Tadeu Zapelini
Presidente do
Conselho Federal
de Economia

06

Entrevista
Guido Mantega fala
sobre a economia
brasileira

09

Wilson Cano
Quais são os
principais desafios
para o Brasil hoje?

14

**Rubens
Sawaya**
O economista
e seu lugar
no mundo
profissional

35

**Encontro de
Economistas
de Língua
Portuguesa**
Palestrantes de
três continentes
discorreram
sobre questões
econômicas

36

**Cofecon
Presente em
Debate na
Câmara dos
Deputados**
Políticas públicas
de estímulo
ao consumo e
seus efeitos na
economia do Brasil

40

**Acontece nos
Corecons**
Eleições
e lista
de eleitos

44

Corecons
Relação dos
Conselhos
Regionais de
Economia

47

**Wilson
Benício
Siqueira**
É para a frente
que se anda

EXPEDIENTE

**CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
COFECON**

**SETOR COMERCIAL SUL,
QUADRA 02, BLOCO B, SALA 501
70.318-900 - BRASÍLIA - DF
(61) 3208-1800**

**COFECON@COFECON.ORG.BR
WWW.COFECOM.ORG.BR**



PRESIDENTE
Ermes Tadeu Zapelini

VICE-PRESIDENTE
Kanitar Aymoré Saboia Cordeiro

CONSELHEIROS EFETIVOS
Antonio Eduardo Poletti
Antonio Melki Júnior
Celina Martins Ramalho
César Homero Fernandes Lopes
Eduardo José Monteiro da Costa
Ermes Tadeu Zapelini
Fabiola Andréa Leite de Paula
Jin Whan Oh
João Manoel Gonçalves Barbosa
José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho
José Luiz Amaral Machado
Júlio Alfredo Rosa Paschoal
Kanitar Aymoré Saboia Cordeiro
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
Odisnei Antonio Bega
Paulo Brasil Corrêa de Mello
Paulo Dantas da Costa
Roberto Bocaccio Piscitelli
Róridan Penido Duarte
Virgílio Pacheco de Araújo Neto
Wellington Leonardo da Silva
Wilson Benício Siqueira

CONSELHEIROS SUPLENTES
Antonio Agenor Denardi
Antonio Eduardo Nogueira
Cândido Luiz de Lima Fernandes

Carlos Alberto Safatle
Carlos Eduardo Soares de Oliveira Júnior
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Charles Schneider
Denivaldo Targino da Rocha
Edson Peterli Guimarães
Fernando da Silva Ramos Filho
João Pedro da Silva
João Rogério Sanson
José Roberto de Lacerda Santos
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Lourival Batista de Oliveira Júnior
Marcelo Martinovich dos Santos
Max Leno de Almeida
Nei Jorge Correia Cardim
Omar Correa Mourão Filho
Paulo Roberto Lucho
Paulo Salvatore Ponzini

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO
Wilson Benício Siqueira (Coordenador)
Fabiola Andréa Leite de Paula
Róridan Penido Duarte
Carlos Roberto de Castro

JORNALISTAS
Manoel Castanho

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Área Comunicação

TIRAGEM
10.000 exemplares

EDITORIAL

É POSSIVEL VITALIZAR A INDÚSTRIA?

As estimativas para o crescimento econômico brasileiro em 2012, não ocorreram. Foram minguando na medida em que se conheciam os números trimestrais. O PIB previsto para o ano era para ser maior que quatro por cento. Tudo indica que ficará em torno de um por cento. Os números para 2013 são corrigidos para menos, sempre que vão se revelando os resultados do ano de 2012. O setor industrial que, ao crescer, desdobra-se em múltiplas atividades nos demais setores econômicos, desacelera-se. O Brasil não pode conviver com taxas tão mediócras. Precisamos crescer a taxas, no mínimo, ao nível das economias latino-americanas; melhor seria ao de países emergentes. Por que o Brasil não cresce? A taxa de juros caiu. O Real desvalorizou-se. A tarifa da energia tende a diminuir. Ampliou-se a desoneração da folha salarial em mais setores. Abriram-se portas de concessão de serviços públicos ao empresariado do setor privado. Barreiras protecionistas foram alargadas. Houve redução de impostos em produtos de indústrias de efeitos multiplicadores. Recursos financeiros estão disponíveis para investimentos de longo prazo. Evidentemente há mais por fazer. Para tornar a indústria brasileira mais competitiva há que colocar seus produtos no mercado mundial, numa abertura mais ampla. Aí começa o drama. A logística do transporte necessita não só de uma adequação mais racional como de pesados investimentos para operá-la. Há necessidade de maior produtividade e eficiência dos gastos públicos em educação; menor carga tributária com compromisso governamental de mantê-la, a longo prazo; forte estímulo à substituição tecnológica dos bens de capital; etc. Enfim, para participar do mercado, há que se repensar o inexistente modelo de industrialização. Ser competitivo neste mundo globalizado requer um setor industrial resultante de uma planejada política industrial de longo prazo. Certo é que a maturação de alguns investimentos exigem tempo. Isto não é tudo. Neste receituário há um ingrediente vital que tem que estar presente: a confiança. Nenhum homem de negócios arrisca-se a investir, no setor real, sem regras explícitas e mostras de que são duradouras. O macroambiente interno e externo não garantem sucesso, mas criam condições necessárias à concorrência. O governo tem que sinalizar ser o garantidor dos contratos, acordos e compromissos. É fundamental escolher parceiros internacionais de tradição, não a um mercado de virtudes, mas com aqueles que mostrem lealdade e sensatez nas regras e acordos pactuados. Quem sabe olhando mais para o Pacífico, onde sopram os ventos do crescimento e menos para o Mercosul, mais carregado de ideologia do que de liberdade comercial. Afinal, em um mar conjuntural de tantas incertezas, o investidor de longo prazo só se move se acreditar que transita num ambiente estável de negócios.

ERMES TADEU ZAPELINI

Presidente do
Conselho Federal
de Economia



GUIDO MANTEGA



Guido Mantega nasceu em 7 de abril de 1949. É graduado em Economia e doutor em Sociologia do Desenvolvimento pela Universidade de São Paulo, com especialização no Institute of Development Studies, da Universidade de Sussex.

Na área acadêmica, foi professor de Economia na Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP) e nos cursos de mestrado e doutorado da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), sendo vice-reitor adjunto nesta última entre 1984 e 1987. Entre seus livros publicados, encontram-se: “Acumulação Monopolista e Crises no Brasil”, Editora Paz e Terra, 1981; “A Economia Política Brasileira”, Vozes, 1984; “Custo Brasil – Mito ou Realidade”, Vozes, 1997; e “Conversas com Economistas Brasileiros II”, Editora 34, 1999.

Entre 1989 e 1992, Mantega foi Diretor de Orçamento e Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo. Participou da coordenação do programa econômico do Partido dos Trabalhadores em várias eleições presidenciais, inclusive na de 2002, vencida por Luiz Inácio Lula da Silva.

No novo governo, Mantega foi nomeado Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, cargo que exerceu de janeiro de 2003 a novembro de 2004; em seguida presidiu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, onde permaneceu até março de 2006; e desde 27 de março assumiu o Ministério da Fazenda, substituindo Antonio Palocci.

Por sua trajetória como economista, o plenário do Conselho Federal de Economia concedeu-lhe o prêmio Economista do Ano 2011. A entrega foi realizada este ano, no dia 4 de setembro, no próprio gabinete. Na ocasião, o homenageado concordou em responder perguntas de economistas para publicação na Revista.

ENTREVISTA

Revista Economistas – A crise na zona do Euro, como sequência da crise americana, trouxe inegáveis impactos à economia brasileira. Quais medidas o governo tomou e tem tomado para amenizar e fazer frente a esses efeitos?

Guido Mantega - De fato, o Brasil sofreu os impactos da crise internacional em sua economia. O principal setor afetado foi a indústria, que lidou com o acirramento da competição dos países em busca de mercados dinâmicos, como o nosso. Nesse contexto, a guerra cambial adotada por alguns países buscou promover uma queda artificial dos preços dos produtos manufaturados exportados, como forma de conquistar mercados internos dinâmicos como o brasileiro. O governo não ficou inerte a essa realidade e adotou uma série de medidas para garantir a competitividade da indústria nacional e uma competição equânime no nosso mercado. Fizemos uma série de desonerações tributárias, na qual destaco a da folha de pagamentos,

que reduz o custo da mão de obra sem prejudicar o trabalhador. Além disso, adotamos políticas de aumento da competitividade sistêmica com a redução dos custos da energia e dos investimentos. E, o mais importante, implementamos uma nova matriz macroeconômica, por meio da redução dos juros para níveis historicamente baixos e de uma taxa de câmbio mais competitiva. Essa mudança é estrutural e seus efeitos revolucionários na economia serão sentidos plenamente a partir de 2013.

R.E. - Considerando a importância da indústria e levando em conta as questões tributária e cambial e as deficiências logísticas (que afetam o poder competitivo da indústria brasileira), o que o governo pretende fazer para equacionar estruturalmente o problema?

G.M. - Temos plena consciência do papel fundamental que a indústria tem na economia, pois é o setor que mais contribui para o aumento da formação bruta de capital fixo e, também, contribui para a sustentabilidade do setor externo. Ou seja, a indústria ajuda a criar as condições do crescimento sustentável da economia. Apenas em 2012, as desonerações tributárias alcançaram R\$ 45 bilhões, destaco a desoneração da folha de pagamento para vários segmentos da indústria. Propusemos ao Congresso a reforma do ICMS interestadual para acabarmos com a guerra fiscal, assim como já conseguimos viabilizar o fim da “guerra dos portos”. As medidas cambiais adotadas pelo governo surtiram efeito e o câmbio já não se encontra em patamares muito apreciados, reforçando a competitividade industrial. Em relação à infraestrutura, o governo tem avançado com os investimentos do PAC2 e o programa de concessões de aeroportos, rodovias, ferrovias e portos, que promoverão uma extraordinária melhoria na infraestrutura do país e a redução dos custos de logísticas ao setor produtivo.

R.E. - O baixo crescimento do PIB brasileiro preocupa economistas, apesar das ações incentivadoras do consumo. O quadro de pessimismo no setor produtivo ainda persiste. Por que isso acontece? E de que maneira esta preocupação pode ser enfrentada?

G.M. - É natural na economia haver ciclos econômicos. Assim como nos demais países emergentes, o ciclo que passamos foi intensificado pela crise global. Além disso, em 2012 promovemos mudanças estruturais que, num primeiro momento, acabaram postergando a recuperação, que certamente já está em curso. Não tenho dúvidas de que nos próximos meses a atividade econômica continuará seu processo de aceleração, com os investimentos liderando o processo, como tem ocorrido desde 2006 (à exceção de 2009 e deste ano, ambos marcados pela severa crise internacional).

“
**O GOVERNO
ADOTOU MEDIDAS
PARA GARANTIR A
COMPETITIVIDADE
DA INDÚSTRIA
NACIONAL E UMA
COMPETIÇÃO
EQUÂNIMÉ NO
NOSSO MERCADO.**”

R.E. - Considerando a consistente redução da relação dívida líquida/PIB com perspectivas de se alcançar a meta proposta de 30% até 2015, o senhor acha viável que, no curto prazo, tenhamos metas menores de superávit primário, de modo a se direcionarem mais recursos para o investimento público em infraestrutura?

G.M. - A solidez fiscal é um dos pilares da política macroeconômica brasileira. Nossa dívida pública está em trajetória declinante e, na medida em que as taxas de juros permanecem em patamares mais baixos, o resultado nominal melhora. Temos tido bons resultados fiscais sem abrir mão de ampliar os investimentos públicos e de executar uma política anticíclica. O que

quero enfatizar é que ampliar investimentos públicos não é contraditório com a manutenção da política fiscal austera. A variável chave para essa equação é o crescimento econômico. Com crescimento econômico e aumento da formalização, as receitas tributárias se elevam e permitem que o governo aplique mais recursos em investimentos e nas áreas sociais.

R.E. - Que mensagem o senhor envia aos economistas brasileiros?

G.M. - A mensagem que quero passar é que a economia não é um fim, mas um meio para buscarmos a melhoria de bem-estar da população. O modelo de desenvolvimento inclusivo que o Brasil vem adotando desde 2003 permitiu que tivéssemos taxas de crescimento mais elevadas, aumento da taxa de investimento, aumento do emprego e da formalização e um enorme ganho de bem-estar da população brasileira. Um estudo do Boston Consulting Group divulgado recentemente prova que, entre 150

países, o Brasil teve nos últimos anos o maior ganho de bem-estar, equivalente a uma economia crescendo a 13% ao ano! Destaco o aumento da classe C em 35 milhões pessoas, entre 2003 e 2011, o equivalente à população do Canadá. Anteriormente, essas pessoas estavam excluídas da economia e, na verdade, elas representam um ativo que temos para ampliar nosso mercado interno, atraindo investimentos e propiciando maior desenvolvimento econômico. Tenho convicção de que continuaremos incluindo pessoas e melhorando o bem-estar da nossa população, pois temos potencial muito grande a desenvolver e uma expectativa de crescimento significativo da renda para os próximos anos.

“
**A SOLIDEZ FISCAL
É UM DOS PILARES
DA POLÍTICA
MACROECONÔMICA
BRASILEIRA.
NOSSA DÍVIDA
PÚBLICA ESTÁ
EM TRAJETÓRIA
DECLINANTE E,
COM TAXAS DE
JUROS MAIS BAIXAS,
O RESULTADO
NOMINAL MELHORA.**
”



OPINIÃO ECONÔMICA

WILSON CANO¹

I – ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS E HISTÓRICAS QUE DEVEM ANTECEDER ESSA DISCUSSÃO



QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA O BRASIL HOJE?²

1 - Desenvolvimento e Estado Nacional - Nenhum dos PD se desenvolveu sem ter tido um forte aparato de seus estados nacionais:

- **interno:** indução, estímulo, condução, produção, financiamento;
- **externo:** diplomacia, \$, força, C&T.

2 - Embora todos os PD tenham passado por longos períodos marcados por fortes injustiças sociais, desigualdades, etc., à medida que consolidaram seus processos de industrialização e urbanização, reduziram fortemente aqueles constrangimentos sociais, muitas vezes, à custa de fortes movimentos sociais contestatórios e reivindicativos. A consolidação da URSS e a “Crise de 1929” constituíram fortes acicates para esse processo.

3 - Desenvolvimento, Economia e Política - Em termos muito gerais, ideias e objetivos de crescimento, emprego, melhoria de vida, etc., comungam interesses dos diferentes segmentos sociais (classes, regiões, setores, etc.). Mas quando se explicita que **desenvolvimento** significa não só crescimento, mas mudanças estruturais que exigem distintas formas de tributação, de apropriação e distribuição da renda e de alocação do excedente, os conflitos sociais emergem, e o economista precisa

1. Prof. Titular do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE) do Instituto de Economia da Unicamp.

2. Texto revisto, ampliado e atualizado em relação ao apresentado no Seminário 40 anos do IE-Unicamp.

entender que essa questão transcende a economia, entra fortemente no campo da política, permanecendo a técnica como mero instrumento de trabalho.

4 - O desenvolvimento é possível para todos os povos?

Não, nos disse Celso Furtado, explicando as questões nevrálgicas do subdesenvolvimento: a má distribuição de renda fixando o perfil da demanda e da estrutura da oferta, e os grandes desequilíbrios estruturais dos PSD: balanço de pagamentos, fiscalidade, financiamento de longo prazo, estrutura tributária fortemente regressiva, enorme subemprego e inflação latente. Podemos crescer e amenizar nossas cicatrizes, mas não atingir aqueles padrões.

5 - Herança histórica - Nossos grandes mestres nos ensinaram que os PSD padecem de processos históricos cumulativos que, em muitos casos, sedimentam efeitos perniciosos sobre nossa economia e sociedade:

- a herança de nossa formação subdesenvolvida, a partir da colonização, escravização e inserção no comércio internacional, até a “Crise de 1929”;
- a sensação de que, entre 1930 e 1980, trilhávamos o caminho do desenvolvimento e da soberania nacional;
- a “década perdida” de 1980, que superpôs àquela herança anterior, os efeitos perversos da chamada “Crise de Dívida”;
- o legado neoliberal que carregamos desde o final dos anos de 1980. Sobre isto, lembro que em 1997 adverti que a dinâmica do novo modelo e a política econômica dele decorrente, nos impossibilitava obter, de forma persistente, elevadas taxas de crescimento do PIB e do emprego; e que não só rebaixava nossa taxa de acumulação como a deteriorava em termos qualitativos. Expliquei naquele momento, que isso decorria dos efeitos da abertura comercial e financeira desregrada e da privatização, que aprofundou o déficit de transações correntes, somente suportável via crescente e persistente financiamento externo, o que, como se sabe, é impossível a longo prazo;

- o ajuste fiscal neoliberal e o serviço da dívida pública restringiram fortemente a capacidade de inversão do governo federal, bem como os recursos antes alocados nas Políticas de Desenvolvimento Regional. Isto, mais o ajuste das dívidas públicas subnacionais a que foram submetidos os estados e municípios, fez com que estes ampliassem fortemente a guerra fiscal, como alternativa para atrair investimentos privados para suas regiões, dilapidando recursos públicos para subsidiar capitais privados;
- entre 2004 e 2008, tentaram disseminar a ideia de que havíamos “retomado o crescimento”, entre outros, via “efeito China”, que agora já mostra sua desaceleração. Crescemos um pouco mais, principalmente em 2004, 2007 e 2008, e de novo desaceleramos. Crescemos um pouco mais, não só pela expansão das exportações, mas, principalmente, porque tivemos alguma coragem para expandir o crédito público, com o que o consumo das famílias e o investimento voltaram a crescer e porque ampliamos fortemente algumas políticas sociais, notadamente a do Bolsa Família e a do Salário Mínimo;
- a desindustrialização avançou nos anos mais recentes. Continuou sua queda na participação do PIB, hoje atingindo menos de 16%, e entre outros indicadores, a exportação de manufaturados no conjunto da pauta exportadora se reduziu a 36%;³
- é verdade que a distribuição de renda melhorou.⁴ Contudo, o aumento da PEA ocupada entre 2000 e 2010 (20,8 milhões de ocupados ou 31,7%) não foi atípico, pois os ocupados que recebiam até 2 salários mínimos aumentaram em 22,5 milhões (cerca de 70%); os que ganhavam entre 2 e 3 salários mínimos pouco cresceram (8,4%), enquanto os que ganhavam mais de 10 passaram de 4,4 milhões para 2,6 milhões, caindo 41%, denunciando, implicitamente, um “achatamento” salarial das classes trabalhadoras de média e alta rendas e, o que é pior, é que o emprego que cresceu se restringiu aos segmentos de menores salários e qualificações.

3. Sobre o tema, ver, do autor: A Desindustrialização no Brasil, Instituto de Economia, Unicamp, Texto para Discussão n. 200, 1/2012.

4. Refiro-me às rendas provenientes do trabalho, uma vez que as da propriedade são, em grande medida, desconhecidas.

II – QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DESAFIOS?

Como em 1930, mas não sob as mesmas circunstâncias nem sobre as mesmas estruturas, nos defrontamos, de novo, diante de uma severa, longa e profunda crise. Lembremos que naquele momento, também ganhamos alguns graus de liberdade no manejo da política econômica, com o que abandonamos a economia liberal, construímos um estado desenvolvimentista, ousamos desenhar alguns objetivos de desenvolvimento e construímos importantes políticas nacionais de desenvolvimento.

São muitos os desafios. Examinemos, sucintamente, aqueles que julgamos serem os principais a enfrentar, na órbita da economia, não ignorando, contudo, que sua resolução esbarra ou pode esbarrar em sérios constrangimentos políticos externos e internos.

1- DESAFIOS EXTERNOS

1.1. A política comercial brasileira exige novas atitudes de negociação, mais objetiva e radical, notadamente com países como a Rússia e a Índia, dadas as transformações e o papel estratégico crescente que essas economias passaram a ter no cenário internacional;

1.2. Será necessária uma (difícil) negociação com a China, dado que “os tempos são outros”. A China já saiu na dianteira das nações, tentando reverter sua principal forma de crescimento, para o âmbito de seu mercado interno. Os “negócios da China” diminuirão fortemente, mais em preços do que em quantidades. Por outro lado, após converter a América Latina em sua principal supridora de *commodities* e deslocar parte das exportações do México e América Central para o mercado norte-americano, parece agora ensaiar a repetição do papel britânico do século XIX, na África, criando novo mercado para seus produtos industriais e um grande empório para adquirir *commodities* baratas. Poderá a África se tornar um forte concorrente do Brasil, em algumas *commodities*, como o foi no caso do cacau?

1.3. A crise já mostra sinais inequívocos. A forte queda do preço do petróleo retira a maior parte do recente

entusiasmo sobre nosso etanol e biocombustíveis. Causará, muito provavelmente, uma contensão na expansão de nossa fronteira agrícola no CO e NO, que, além dos efeitos renda-emprego, certamente também conterà os fluxos migratórios que para lá se dirigiam, encaminhando-os para São Paulo, ou aumentando os bolsões de pobreza nordestinos.

“
**A POLÍTICA
COMERCIAL
BRASILEIRA EXIGE
NOVAS ATITUDES
DE NEGOCIAÇÃO,
MAIS OBJETIVA
E RADICAL,
NOTADAMENTE
COM PAÍSES COMO
A RÚSSIA E A ÍNDIA,
DEVIDO AO PAPEL
ESTRATÉGICO
DESSAS ECONOMIAS
NO CENÁRIO
INTERNACIONAL.**”

1.4. A oportunidade que se abre para que o Brasil altere os rumos da política econômica e de suas relações externas, exige uma decisiva ação de liderança na América do Sul. Para isso, é imprescindível imprimir um ritmo mais veloz e mais responsável no processo de integração regional. Mas isso também esbarra em alguns problemas sérios:

- derrotados em seu projeto ALCA, os EUA, no entanto, optaram por “comer pela borda do prato”, assinando TLCs com vários países da América Central, com o Chile, Colômbia e Peru, enfraquecendo as possibilidades efetivas de uma vigorosa ampliação do Mercosul;
- o México, que mesmo antes de assinar o NAFTA (1994) já tinha no mercado americano 2/3 de suas exportações, ampliou essa cifra para cerca de 85%. Além disso, sua participação no NAFTA lhe impôs uma abertura e uma “soldagem” com a economia dos EUA, deslocando parte importante de seus interesses para com o resto da América Latina, notadamente com os países do Sul;
- a integração com os demais países da América do Sul – na órbita da Unasul –, contudo, se pensada exclusivamente em termos de “mercado” não proporcionará efeitos grandiosos, uma vez que os blocos regionais constituídos por países subdesenvolvidos apresentam baixas participações do comércio intrabloco (5% a 15%) em relação às suas exportações totais. Assim, para que essa cifra cresça e represente realmente uma fonte importante de crescimento para suas nações,
 - é preciso muito mais do que pensar apenas em “mercado” ou em “saldos positivos”;
- no que tange à integração física ora em marcha, é preciso distinguir entre os investimentos tipo “corredor de exportação”, para encurtar o caminho de nossas *commodities* para o Pacífico, e aqueles que realmente possam agilizar os rumos da integração e desenvolvimento da região;
- mas a crise também afeta, pelo lado do financiamento, a consecução e o cronograma dessas obras. Por outro lado, e paradoxalmente, a própria descoberta brasileira de petróleo e gás no pré-sal da Bacia de Santos, praticamente já inviabilizou o famoso projeto do gasoduto nortesul, da Venezuela à Argentina;
- ainda com relação ao nosso pré-sal, é bom lembrar as advertências recentemente feitas pelo Prof. Ildo Sauer, sobre o fato de que parte dessas jazidas se encontra na área das “200 milhas”, não reconhecida por vários países, entre os quais os EUA. A propósito, até onde a recente reativação da IV Frota Naval dos EUA não constitui já uma atitude preventiva e ameaçadora?

2- DESAFIOS INTERNOS

2.1 - A perversa herança social, mostra a profunda deterioração da saúde, da educação, habitação, saneamento, transporte urbano, além da disseminação da violência social. Em 2000, acumulávamos um déficit habitacional de 7,8 milhões de domicílios, dos quais 87% são de famílias cuja renda é de, no máximo, 3 salários mínimos. Projetado esse déficit para os próximos 20 anos, ele saltaria para 25,8 milhões de domicílios. Os investimentos necessários a zerar esse déficit total situam-se em torno de R\$ 235 bilhões.⁵

O déficit em saneamento básico, em termos de atendimento de serviços de água, representava 19% dos domicílios brasileiros. Em esgoto sanitário, nossa situação era calamitosa, com apenas 40%

dos domicílios sendo atendidos. Embora a coleta do lixo atendesse 91% da população, 60% do lixo era acumulado a céu aberto. Para a solução dos problemas de saneamento, nos próximos 20 anos seriam exigidos investimentos no valor de R\$ 226 bilhões.

Mas onde a perversidade de nossa crise e de nosso subdesenvolvimento mais se manifesta, ostensivamente, em todas as regiões, é na área da saúde pública, notadamente nas principais doenças infecto-parasitárias, independentemente da concentração produtiva. Delas, a região Sul é a menos afetada, e as maiores incidências (entre parênteses) concentravam-se, em 2003-2004, nas seguintes regiões: dengue, NO (17), NE (52), SE (14), CO (15); leishmaniose visceral,

5. Todos os dados sobre investimentos estimados foram obtidos nos volumes I, IV e V do Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento, executado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), organização social ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, Brasília, 2008.

NO (16), NE (55), SE (23), CO (6); malária, NO (95), NE (3); hanseníase, NO (22), NE (39), SE (19), CO (15); tuberculose, NO (9), NE (29), SE (45), CO (4), Sul (11).⁶ Daí que, em saúde, o montante exigido seria de R\$ 1.096 bilhões e, em educação, R\$ 783 bilhões. Em transporte urbano, os investimentos são estimados em R\$ 1.500 bilhões.

2.2 - Nos setores de infraestrutura, a situação não é mais amena: em energia e transportes, o país precisaria de investimentos totais de cerca de R\$ 1.300 bilhões. Ressalte-se que o setor produtivo também carece de muitos recursos, dado o atraso tecnológico que acumulamos nestes 32 anos de crise e 22 de neoliberalismo, notadamente nos compartimentos mais complexos de equipamentos e de eletrônica, onde fomos mais afetados pela desindustrialização. Há que destacar o quase abandono da política setorial desse segmento e, pecado maior, o de não termos implantado, pelo menos há dez anos, nenhuma fábrica de chips.

2.3 - A soma desses investimentos estimados, em termos médios anuais dos próximos 20 anos, situar-se-ia em torno de R\$ 269,3 bilhões, o que equivaleria a cerca de 54 % do montante atual do investimento total nacional, ou a 15,4% do PIB anual. É impossível atender todas essas demandas ao mesmo tempo. Ainda mais se mantivermos a atual política econômica, a abertura desregulada e a desregulamentação adotada. Assim, uma tomada de atitude que pretenda enfrentar esses enormes problemas econômicos e sociais teria que criar uma estratégia nacional, consubstanciada em dois planos:

2.3.1 - a estratégia deveria mapear os principais conflitos políticos decorrentes dessa decisão. Para tanto, há que desenhar uma verdadeira “engenharia política”, para produzir uma nova concentração política nacional, que possa equacionar os conflitos entre os distintos segmentos sociais do país;

2.3.2 - dado que o montante de recursos para investimentos é muito grande em relação às possibilidades concretas de financiamento interno e externo, há que priorizar e escalonar no tempo e no espaço, esses gastos, pois “não haverá recursos para todos e para tudo, ao mesmo tempo”. Essa estratégia deverá estar respaldada pela definição clara de quais são os objetivos principais para o país e seu povo, e pela decisão de retomar os mecanismos de controle nacional para o exercício da política econômica. É preciso, assim, criar um Novo Plano Nacional de Desenvolvimento, resumidamente, reindustrializar o país.

Isso, evidentemente, exigirá a formulação e rápida implantação de reformas, de verdadeiras reformas em prol dos interesses nacionais. Como indicadores maiores dessas reformas, deverão estar explicitamente focados a maximização do emprego e da poupança de divisas e forte diminuição dos juros sobre a dívida interna, para abrir espaço na exígua fiscalidade de hoje. Nesse sentido, como meio para amenizar parte desses conflitos, caberia torcer para que as previsões (nem as pessimistas, nem as mais otimistas) do pré-sal se confirmem, e que parte substancial de seu excedente possa ser alocada para financiar boa parte daqueles investimentos. Seria uma boa alternativa de uso de recursos escassos.

6. Dados obtidos em 1/7/2007, no site do Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde.



OPINIÃO ECONÔMICA

RUBENS SAWAYA¹

O ECONOMISTA, SUA FORMAÇÃO E AS ATIVIDADES DE SUA COMPETÊNCIA

O ECONOMISTA E SEU LUGAR NO MUNDO PROFISSIONAL

A formação do economista já foi amplamente discutida nos mais diversos fóruns e nas mais diversas instituições. A necessidade de uma formação que lhe possibilite habilitar-se para determinadas atividades sempre esteve na pauta de discussões, envolvendo não apenas as entidades representativas, mas, também, profissionais e “head-hunters” que, além de apontar quais são as atividades pertinentes nos debates, demonstravam a necessidade de uma formação ampla, plural e de qualidade que permitisse ao economista resolver problemas complexos dentro de seu campo de atuação.

As diretrizes curriculares aprovadas em 2007 foram construídas com base nessa ligação da formação científica/profissional com o fim de proporcionar ao profissional, tanto uma capacidade de pensar a complexidade, quanto de exercer determinadas atividades que lhes são privativas por sua formação inigualável em termos de amplitude e coerência, dentro de seu campo.

O que aprende um economista em sua formação acadêmica o qualifica para os mais diversos tipos de atividades. A atuação na área econômico-financeira é um dos campos que, até certo ponto, pode-se dizer, engloba a competência do economista. Envolve atividades ligadas à estrutura de oferta (formação de preços e custos) e demanda (estrutura do mercado,



1. Rubens Sawaya é presidente da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE), professor e coordenador do curso de Ciências Econômicas (PUC-SP), professor de pós-graduação em Economia Política (PUC-SP), professor na Facamp e sócio-diretor da Insight Consultoria Econômica.

compradores/vendedores), ou seja, o que é pertinente ao campo da microeconomia, relativo a empresas e setores da economia. Além disso, também envolve tudo aquilo que está relacionado à macroeconomia, como taxas de juros, política de crédito, câmbio, índices de preços, política de comércio internacional, balanço de pagamentos, políticas públicas de geração de emprego e renda. São elementos que contam na atuação no campo econômico-financeiro para o entendimento ou a decisão qualificada tanto em empresas e agentes privados, quanto no setor público.

“
**A FORMAÇÃO
ACADÊMICA
DIFERENCIADA
DO ECONOMISTA
O QUALIFICA
PARA OS MAIS
DIVERSOS TIPOS DE
ATIVIDADES.**”

Assim, o que fornece uma especificidade e diferencial ao economista para suas atividades não são seus conhecimentos específicos como, por exemplo, o instrumental matemático, elementos da Administração ou Contabilidade, mas fundamentalmente seu conhecimento diferencial em macroeconomia, microeconomia, economia política, além de sua forte formação em história que lhe permite conhecer e entender os problemas em perspectiva. É esse diferencial que constitui o que se pode chamar de: profissional da área de ciências econômicas.

Tal formação, desde que fornecida com qualidade, propicia o desenvolvimento de aptidões e habilidades que permitem ao economista encontrar seu lugar no mundo do trabalho, afirmando seu potencial enquanto profissional diante das outras profissões concorrentes. Dentro de uma empresa ou governo, o economista, nas mais diversas atividades que pode exercer, é aquele que olha de dentro para fora (de sua estrutura microeconômica para o cenário macroeconômico) e que, por isso, é capaz de analisar e verificar o terreno em que a empresa/governo se locomove segundo seu objetivo. É aquele que cria e desenha estratégias de ação com uma visão global a partir do particular.

Assim, agrega nas diversas atividades específicas e até técnicas que realiza um importante elemento de decisão estratégica, pensada sobre a complexidade dos fenômenos que analisa e para os quais procura soluções com base em sua formação diferenciada.



DO QUE TRATAM OS CAMPOS DE FORMAÇÃO DO ECONOMISTA

As disciplinas que fornecem a formação para os economistas abaixo relacionadas são o que lhes permitem uma ação diferenciada em suas atividades específicas no campo profissional.

FORMAÇÃO EM MICROECONOMIA

- Estrutura da oferta de fatores de produção (trabalho, máquinas, equipamentos, matérias-primas, recursos naturais).
- Melhor arranjo dos fatores de produção na estrutura da firma; estrutura e análise de eficiência da produção em termos financeiros.
- Estrutura e análise de custos de todos os tipos envolvendo a produção e a administração.
- Definição de preços com base na estrutura de custos (oferta) e do mercado comprador, vendas (demanda).
- Estrutura e organização dos mercados de fornecedores, produtores e consumidores, o tipo de concorrência (concorrência, monopólio, oligopólio) – vertical e horizontal.
- Estrutura do fluxo de produto dentro da cadeia de valor e suas ramificações setoriais.
- Estrutura dos setores da economia no sentido tanto da oferta e demanda como da organização dos mercados.
- Estrutura da demanda por fatores de produção (trabalho, máquinas, equipamentos, matérias-primas, recursos naturais, classes de consumidor, nível de renda, tipos de consumidor/ fornecedor etc).
- Habilidades: entender a oferta e a demanda; projetar o crescimento da oferta (produção) e da demanda (vendas) em termos de quantidades, mas, principalmente, valores financeiros.

FORMAÇÃO EM MACROECONOMIA

- Estrutura das áreas fiscal, monetária e cambial, bem como das políticas públicas nessas áreas.
- Cenários e projeções macroeconômicas: taxas de juros, câmbio, moeda, crédito, impostos, crescimento econômico (Produto Interno Bruto), emprego e salários, inflação.
- Estruturação das contas nacionais: investimento, consumo, gastos do governo, impostos, exportações e importações.
- Balanço de pagamentos: estrutura de exportações e de importações, políticas de proteção e liberalização diante da estrutura setorial da economia; estratégias em âmbito setorial diante de investimentos empresariais ou governamentais.
- Desenvolvimento local, regional e nacional, mercados potenciais e sua estrutura nacional e internacional, escala e competitividade, estrutura da concorrência. Custos e receitas para implantação de projetos de desenvolvimento, emprego e renda gerada, efeito multiplicador.
- Orçamentos públicos: peça da política fiscal (gastos e receitas do setor público) e da política de crescimento e desenvolvimento.
- Desenvolvimento econômico e social: políticas, infraestrutura, estratégia, emprego, renda; planos empresariais para geração de emprego, renda e desenvolvimento.
- Políticas monetária e de crédito e seus impactos no crescimento econômico e desenvolvimento (geração de emprego e renda).
- Funcionamento e estrutura do mercado financeiro e de capitais e seu papel na economia; crédito, bancos e fomento.
- Habilidade: análise da dinâmica da economia e dos agregados macroeconômicos, tanto para definição de ações de governos, quanto de empresas privadas.

FORMAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA

- Relação macroeconômica de produção, renda e emprego como relação de produção entre fornecedores de fatores de produção, trabalho e capital.
- Estrutura de mercados (oligopólio, concorrência, monopólio) em termos de relações de poder e controle sobre mercado.
- Definição de valores e preços envolvendo relações de poder entre empresas e entre mercados, e não apenas técnicas.
- Mercado mundial de produtos e fatores sob a hierarquia de grandes empresas e países dominantes.
- Estrutura e funcionamento dos mercados financeiros especulativos, relação macroeconômica e produtiva.
- O papel das políticas fiscal, monetária e cambial no processo de acumulação e crescimento de empresas, países e regiões.
- Entendimento das estruturas sociais de produção em sua forma hierárquica e de poder dentro do capitalismo.

FORMAÇÃO EM HISTÓRIA



- História econômica mundial, do capitalismo e seus movimentos de capitais e produtos na história, investimentos.
- Conhecimento histórico da estruturação de economias nacionais, estratégias de crescimento e desenvolvimento econômico de países diferenciados.
- História da economia brasileira: ciclos de investimento, planos estruturantes da economia brasileira e planos de estabilização, formação histórica da estrutura produtiva brasileira.
- A evolução de determinados setores, indústrias, relações internacionais e políticas econômicas permite ao economista, a partir do histórico, a melhor análise e conclusão estratégica sobre o futuro.
- Conhecimento histórico de hipóteses e possibilidades de análise entre diversos dados e variáveis; conhecimento de relações que se reproduzem em situações específicas do presente.
- Escolha de variáveis com base na história para os estudos e análises específicas.
- Conhecimento do impacto normal de determinados fatores sobre o objeto analisado.
- Habilidade: tomar diferentes visões acerca da ação e reação de determinados elementos sobre seu objeto de trabalho e das ações e movimentos da macroeconomia e da microeconomia numa perspectiva intertemporal.

FORMAÇÃO

INSTRUMENTAL QUANTITATIVO MATEMÁTICO

- Fornece as ferramentas para aplicação de seus conhecimentos de modo a mensurar as aplicações técnicas.
- Instrumental para aplicação em questões analisadas nos campos da macroeconomia, microeconomia e da economia política.

ATIVIDADES DO ECONOMISTA

Essa formação anteriormente explicitada permite e gabarita o economista como profissional especializado para o exercício de diversas atividades, com destaque especial para aquelas que envolvem a análise econômico-financeira tanto no aspecto microeconômico, englobando setores da economia, sua estrutura de oferta (vendedores/produtores/fornecedores) e estrutura de demanda (compradores em todos os níveis da cadeia produtiva); bem como no ambiente macroeconômico com base na evolução das relações fiscal, monetária e cambial envolvendo variáveis, como taxas de juros, taxas de câmbio, inflação, política de crédito, política econômica internacional, etc. Além disso, propicia a esse profissional uma capacidade de observar o movimento da economia como relações estratégicas de poder de empresas (busca de liderança) e países, inclusive sob uma perspectiva histórica.

Desse modo, destacam-se a seguir algumas atividades centrais do economista proporcionadas pelo tipo de formação acima exposto.

- Setores da economia: industrial, agrícola, comercial, mineral, serviços, ambiental. Avalia sua estrutura microeconômica (estrutura de demanda e oferta, mercado de fatores e de produtos, cadeia de valor) e sua situação em ambientes macroeconômicos em função das variáveis macroeconômicas (emprego, renda, renda *per capita*, multiplicador da renda e do emprego) e das políticas de governo.
- Decisão de investimento em todos os setores: envolve tanto a estrutura de oferta (tamanho da empresa, estrutura de custos etc.) bem como a estrutura da demanda do mercado em que atua ou atuará. Diante da avaliação dessas variáveis, procede a projeção de receitas e despesas, portanto, a taxa de retorno esperada. Envolve, além da análise da empresa, a análise setorial: estruturação da decisão de investimento, de curto e longo prazo, envolvendo tanto cenários microeconômicos (receitas-vendas e despesas-custos) quanto macroeconômicos (impactos das variáveis como juros, câmbio, inflação, regras monetárias, política fiscal e tributária, crédito).
- Perícia econômico-financeira: processos judiciais na avaliação de empresas, negócios, patrimônio, etc. com base na análise microeconômica da empresa e setor em que atua e, macroeconômica, para projetar tendências, avaliação econômico-financeira de empresas, valoração do fluxo de vendas e de compras, posicionamento no mercado relativamente ao setor em que está inserida como compradora (demandante) ou vendedora (ofertante).
- Reestruturação de passivos e renegociação de dívidas: recuperação de empresas, projeções de receitas e despesas em determinados setores e em função do ambiente macroeconômico. Renegociação de dívidas diante da estrutura de mercado e projeções futuras. Conciliação entre taxas de retorno dadas pelo faturamento previsto nas análises dos setores envolvidos em relação aos custos com as taxas financeiras repactuadas.
- Reestruturação produtiva: análise e avaliação de fusões, incorporações, *joint ventures*, terceirização

produtiva, impacto no mercado (estrutura da oferta e demanda), impacto na concorrência, estrutura hierárquica entre empresas em determinados mercados, *market share* e sua cadeia produtiva a partir do estudo da estrutura da oferta e da demanda em processos de concentração e centralização de capitais.

“ A FORMAÇÃO DE ECONOMISTA GARANTE UMA AMPLA GAMA DE OPORTUNIDADES PROFISSIONAIS.”

- Estrutura de mercado e padrões de concorrência: projetos e parecer tanto para as empresas envolvidas como para os órgãos públicos ou privados responsáveis. Impactos microeconômicos e macroeconômicos que resultam de operações e estratégias de empresas, normalmente em busca de liderança e de controle sobre mercados (países) e produtos.
- Mercado de ativos financeiros: análise de crédito, capacidade de pagamento e análise fundamentalista de ativos financeiros e de empresas (receitas e despesas em perspectiva), análise de risco microeconômico e macroeconômico dos ativos envolvendo as políticas públicas fiscal, monetária e cambial que podem interferir nesses mercados.
- Avaliação e precificação de empresas (valor da empresa) com base em seu fluxo financeiro de receitas (em função da demanda, do crescimento econômico, dos cenários macroeconômicos) e despesas (em função dos custos, cenário microeconômico, concorrência).
- Cenários macroeconômicos nacionais e internacionais: estrutura das taxas de juros, taxas de câmbio, inflação, nível de emprego, nível de atividade econômica, impacto microeconômico sobre setores e empresas, responsabilidade pela elaboração de boletins de conjuntura nesses campos. Estrutura competitiva internacional, políticas econômicas e estratégias de outros países.
- Desenvolvimento socioeconômico: investimento privado/público nos mais diferentes setores da economia, infraestrutura etc., impacto na geração de emprego, renda, bem-estar social, difusão e inovação tecnológica para aumento da produtividade, competitividade internacional.
- Desenvolvimento local, regional: estruturação de atividades produtivas para geração de emprego e renda, estruturação de cadeias produtivas de valor, análise dos mercados potenciais nacionais e internacionais, estrutura da oferta e custos segundo características locais e regionais, atividade inovativa e difusão tecnológica.
- Sustentabilidade ambiental: projetos de sustentabilidade ambiental de atividades produtivas, indústria extrativa e mineral; viabilidade econômica e financeira em relação ao custo/benefício ambiental; estrutura da oferta e da demanda para os produtos ambientalmente sustentáveis; desenvolvimento socioeconômico correlacionado.
- Orçamento e gestão, finanças públicas e política fiscal: elaboração de peças orçamentárias, seu impacto econômico na estrutura produtiva setorial, impacto socioeconômico (renda e emprego), estrutura de financiamento e taxa macroeconômica de retorno (via multiplicador da renda e do emprego); competitividade nacional internacional. O conhecimento do economista permite uma visão estratégica de planejamento ao gasto público com fins específicos.
- Assessoria e consultoria econômico-financeira: pode envolver qualquer das atividades acima listadas.
- A formação do economista, se realizada com a qualidade devida e com responsabilidade, dada a dificuldade dessa ciência, lhe abre uma ampla gama de oportunidades profissionais que o diferencia de qualquer outra profissão. Economista, antes de mais nada, deve ser um profissional extremamente competente que sabe pensar e encontrar soluções para problemas complexos.

SINCE

XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DOS CONSELHOS DE ECONOMIA



Desde sua primeira edição, realizada em 1968, o Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (Sincce) é a principal instância de diálogo dentro do Sistema Cofecon/Corecons. Nele são tomadas decisões quanto ao seu funcionamento e realizadas discussões sobre formação acadêmica, mercado de trabalho e conjuntura econômica.

A edição de 2012 foi realizada em Belo Horizonte, de 12 a 14 de setembro, no hotel Dayrell. A tranquilidade que reinou durante os debates torna visível um processo de amadurecimento no Sistema – o que só é possível com o diálogo. Cerca de 200 economistas participaram do evento, que ainda teve, paralelamente, o VIII Encontro de Economistas de Língua Portuguesa e a II Gincana Nacional de Economia.

Na noite de abertura do Sincce foi realizado o lançamento de um livro em comemoração aos 60 anos da regulamentação da profissão de Economista no Brasil. A obra conta a história

dos primeiros cursos de economia, seus currículos, a luta pela regulamentação, os desafios da profissão ao longo do tempo, os diferentes presidentes e seus legados, a inserção e participação do Cofecon no debate econômico nacional. “Esta obra que está sendo lançada é o resultado do trabalho realizado desde a promulgação da nossa Lei”, afirmou o ex-presidente Waldir Pereira Gomes.

Outro ponto alto do evento foi a entrega do XVIII Prêmio Brasil de Economia, reconhecendo em nível nacional o trabalho de economistas em cinco categorias: monografia de graduação, artigo técnico ou científico, dissertação de mestrado, tese de doutorado e livro de economia. Dessa forma, o Cofecon cumpre uma atribuição definida pela Lei 1.411/51: “contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica através da disseminação da técnica econômica nos diversos setores de economia nacional”.

Duas palestras abrilhantaram a noite de abertura do Sincce.



A primeira delas, de Cláudio Gontijo, teve como tema a crise europeia – falando sobre a situação dos países conhecidos como PIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha) – tema que, inclusive, foi discutido na revista Economistas com o artigo “Why Pigs Can’t Fly”. “O grande problema vai ser gerado após a crise do *subprime*. Não se pode culpar os PIGS por isso”, afirmou Gontijo ao dizer que o problema não foi de irresponsabilidade fiscal. “A União Europeia tem implementado políticas punitivas que são um tiro no pé. Se compararmos isso ao que aconteceu na década de 1930, parece que nós desaprendemos tudo”. Gontijo concluiu dizendo que “quem tem que salvar o sistema financeiro é o Banco Central. Nos PIGS, os bancos foram salvos pelo tesouro nacional e foi assim que os países se endividaram”. Na segunda palestra, Leonardo Pontes Guerra trouxe a mensagem do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, sobre o Plano Brasil Maior,

lançado pela presidente Dilma Rousseff, convidando o Cofecon a debatê-lo. Apresentou o quadro das exportações do Brasil, mostrando que o país saltou de US\$ 60 bilhões, em 2002, para US\$ 256 bilhões, em 2011. Além disso, mudaram os parceiros preferenciais: antes eram os Estados Unidos; agora, China e América Latina. “Mesmo com o mundo em crise, o fluxo comercial do Brasil continua estável”, afirmou Guerra.

Fazendo um trocadilho com o tema da palestra anterior, Guerra falou sobre os avanços do Brasil na indústria do petróleo e comentou que “com o aumento do refino do petróleo no país, nós vamos voar. Sustentar este voo é que será a grande questão”. Por último, falou rapidamente da conjuntura econômica: “O ano começou com um cenário de crescimento, mas isso foi revisto. No segundo semestre, com o câmbio menos volátil e a queda da Selic, temos sinais de aquecimento da economia”.

SEGUNDO DIA

No segundo dia de eventos, os economistas foram divididos em três grupos temáticos de trabalho. Pela manhã ocorreram palestras e debates sobre os temas apresentados. No período da tarde foram levantadas propostas para votação. E no terceiro dia foi realizada a plenária final, na qual representantes dos grupos de trabalho apresentaram seus relatórios e levaram à votação,

entre todos os participantes, propostas apresentadas nos grupos de trabalho.

Os grupos de trabalho tiveram os seguintes temas:

1. Formação Profissional e Mercado de Trabalho;
2. Funcionamento do Sistema Cofecon/Corecons;
3. Conjuntura econômica.

Os relatórios de cada grupo estão nas próximas páginas.

GRUPO DE TRABALHO 1

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO

Na primeira parte dos trabalhos foram feitas as exposições de Roberto Macedo, Rubens Sawaya e Mário Marcos Rodarte.

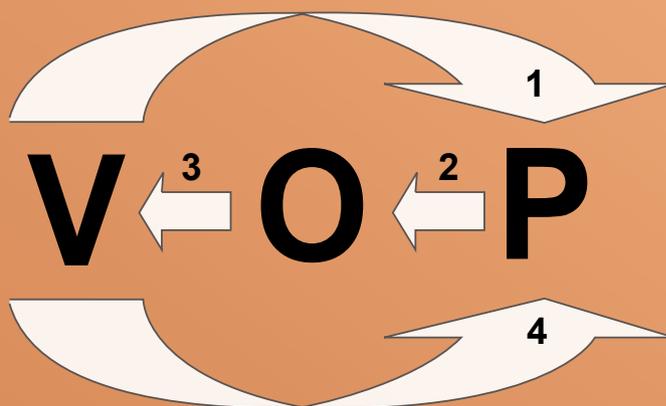
Roberto Macedo iniciou sua exposição afirmando que todas as suas colocações estavam relacionadas com um tema central: o valor da educação no mercado de trabalho e de que forma ela deve ser obtida para garantir acesso a mais oportunidades ocupacionais.

Em seguida, disse que os economistas veem a educação como algo que, além de aprimorar as pessoas como seres humanos, dotando-as de mais conhecimentos e de capacidade para adquirir outros, também adiciona valor econômico às pessoas, na medida em que lhes permite realizar tarefas de maior complexidade, de maior produtividade e mais bem remuneradas. Para entender isso, imagine dois casos extremos: alguém com escolaridade muito baixa que ganha a vida “tomando conta” de automóveis, e um médico experiente e conceituado.

Para enfatizar esse aspecto econômico da educação, os economistas adotaram o conceito de capital humano, e nesses dois casos imaginados o médico tem muito mais desse capital que o citado “tomador de conta”.

A tabela 1 mostra dados comprovando que, de modo geral, a educação ampliada está associada a salários mais altos no Brasil.

Na sequência, Macedo referiu-se à relação entre vocação, profissão e ocupação, aspecto desenvolvido em livro de sua autoria intitulado Seu diploma, sua prancha (1998), no qual faz um paralelo entre a carreira profissional e a carreira de um surfista, como se vê na figura 1.



“
A EDUCAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO GARANTE ACESSO A MAIS OPORTUNIDADES OCUPACIONAIS, APRIMORA AS PESSOAS COMO SERES HUMANOS E AUMENTA O SEU CONHECIMENTO ECONÔMICO.”

DIFERENÇAS SALARIAIS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE 1992-1998 e 2002-2008				
Nível educacional relativo	1992	2008	Entre esses anos	Quantidade relativa de diplomados
Médio/só 1º ciclo do fundamental	+ 80%	+ 60%	Pico em 1998	1/2 (1992); 2/1 (2008)
Superior/médio	+ 160%	+ 150%	Pico em 2002 (+ 160%)	1/2,63 (1992), 1/3,45 (2002) e 1/3,23 (2008)
Mestrado e Doutorado / Superior	+ 40%	+ 70%	Subindo	1/17 (2008)

Fonte: Naércio Menezes Filho (Professor de Economia da USP e do Insper). Artigo no jornal Valor [21/5/10, p.A15], com base em dados de PNADs do IBGE.

Com dados que vêm sendo constantemente atualizados, Macedo chama a atenção para uma tendência verificada recentemente no mercado de trabalho representada pelo crescente descolamento entre profissão e ocupação. Tal descolamento é maior em algumas profissões do que em outras, estando a de economista entre as que apresentam maior grau de dispersão, o que indica que o mesmo pode atuar em um número significativo de ocupações, como se vê na tabela 2.

DISPERSÃO OCUPACIONAL			
NÚMERO DE OCUPAÇÕES QUE ALCANÇAM MAIS DE 70% DOS TRABALHADORES POR PROFISSÃO - 2010			
Curso/Profissão	Número	Curso/Profissão	Número
Odontologia	1	Engenharia Civil	12
Farmácia	2	Matemática	13
Medicina	2	Agronomia	13
Biologia	3	Biblioteconomia	14
Enfermagem	3	Física	17
Artes	4	Contabilidade	21
História	4	Teologia	23
Serviço Social	6	Engenharia Mecânica	25
Sociologia	6	Química	25
Filosofia	7	Engenharia Química	26
Arquitetura	8	Estatística	27
Veterinária	8	Economista	33
Psicologia	10	Administração	35
Direito	11	Engenharia Elétrica	37

Fonte dos dados brutos: IBGE - Censo de 2010.

©Roberto Macedo. Em 2013 esta tabela integrará versão revista e atualizada do livro "Seu Diploma, sua Prancha" - Como escolher a profissão e surfar no mercado de trabalho. São Paulo; Saraiva, 1998. Pede-se não reproduzir esta tabela sem autorização do autor: roberto@macedo.com

Prosseguindo, Macedo indicou as principais ocupações dos economistas tanto no setor público como no setor privado (tabela 3).

PRINCIPAIS OCUPAÇÕES DE ECONOMISTAS			
Setor \ Ocupação	Professor e Pesquisador	Pesquisador	Ocupações diversas, competindo com outros profissionais
Público	Sim; ex: USP, exige-se doutorado	Sim; ex: IPEA; pós é importante	Sim; ex.: BC, Tesouro, Receita, Itamaraty etc.; pós é importante
Privado	Sim; mas é difícil compatibilizar docência e pesquisa; exige-se mestrado <i>stricto sensu</i> .	Sim; ex: bancos, consultorias, entidades de classe; doutorado já é comum nas posições mais importantes.	São a maioria, na sequência: estagiário, trainee, auxiliar, analista, assistente, gerente, supervisor e diretor de alguma coisa; MBA é importante.

Macedo manifestou sua preocupação com a estagnação do número de economistas no Brasil em comparação com as profissões de administrador e contador. Ilustrou essa preocupação com os dados da tabela 4.

NÚMERO DE CONCLUINTE DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE BRASIL - 1994, 2002 E 2010			
Curso	1994	2002	2010
Economia	6.712	7.654	6.333
Administração	27.043	54.656	161.253
Contabilidade	14.816	20.345	34.215

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Sinopses Estatísticas do Ensino Superior

Macedo concluiu sua exposição alertando para o fato de que a maioria dos estudantes é obrigada a tomar a decisão sobre o que cursar no nível superior sem a maturidade adequada e sugeriu que as instituições de ensino que possuem os três cursos - Economia, Administração e Contabilidade - deveriam oferecer um nível básico nos dois primeiros anos comum aos três cursos, de tal forma que o estudante pudesse decidir em qual dos cursos prosseguir só a partir do terceiro ano, com um grau de maturidade bem maior.

Rubens Sawaya, presidente da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE), afirmou que a preocupação central deve estar voltada para a qualidade da formação oferecida pelas instituições de ensino, dizendo que os cursos de Economia que foram extintos foram aqueles que tentaram aproximar a formação do economista à do administrador.

“
A PROFISSÃO DE ECONOMISTA É A QUE APRESENTA MAIOR GRAU DE DISPERSÃO SEGUNDO O IBGE, O QUE INDICA UM NÚMERO SIGNIFICATIVO DE OCUPAÇÕES.”

Aquelas que mantiveram uma grade rigorosamente próxima das diretrizes curriculares sugeridas pela ANGE não têm problemas com a captação de alunos, tampouco com a empregabilidade dos mesmos, citando como exemplos a USP e a PUC-SP. Afirmou ainda que paralelamente ao fechamento de muitos cursos, ocorreu o surgimento de alguns outros que vêm sendo muito bem-sucedidos, como são os casos da FGV-SP, do Insper, do Ibmecc e da Facamp.

Insistiu na necessidade de uma grade curricular assentada no tripé Formação Histórica + Métodos Quantitativos + Formação Teórica, com forte concentração, nesta última, em Macroeconomia, Microeconomia e Economia Política.

Sawaya ressaltou que o fundamental é que os conteúdos das disciplinas sejam sistematicamente atualizados e apresentados sempre com a preocupação de relacionar a teoria à realidade.

Concluiu afirmando que se essas condições forem observadas, não há necessidade de mudanças, uma vez que a formação do economista é uma das mais adequadas às exigências do mercado de trabalho, pois atende aquilo que os consideram essencial: ampla formação geral, competência para interpretar a realidade e capacidade de resolver problemas complexos.

Mario Marcos Rodarte, professor da UFMG e especialista em mercado de trabalho, baseou sua exposição em dados recentes, procurando avaliar o impacto da crise econômico-financeira no nível de emprego e como este impacto afetou as diferentes categorias profissionais. Sua conclusão é de que a crise internacional está repercutindo pouco no Brasil em razão do fortalecimento do mercado interno verificado ao longo dos últimos anos. Para tal fortalecimento contribuiu muito a mobilidade social, com significativo crescimento da classe média e expressivo aumento do trabalho formal. Rodarte concluiu dizendo que a população adulta está cada vez mais convencida da necessidade de estudar e que o curso de Economia é uma ótima opção, embora isso não seja percebido principalmente pelos mais jovens.

Com o encerramento das exposições, houve intenso debate, no qual se percebeu acentuada preocupação com o esvaziamento do curso de Economia e com a necessidade de ações do sistema Cofecon/Corecons no sentido de reverter essa tendência.

Na segunda parte dos trabalhos, dedicada à análise e votação das propostas apresentadas pelos Corecons, o coordenador Luiz Augusto Espíndola propôs que fossem apresentadas em bloco pelos Corecons responsáveis pela apresentação das mesmas.

Nesse sentido, a proposta do Corecon-SP de ampliar os conteúdos da disciplina de Economia do Setor Público, com forte ênfase em Finanças Públicas nos cursos de graduação em Economia, dada a ampla necessidade de especialistas nas diferentes esferas do setor público foi aprovada por unanimidade.

GRUPO DE TRABALHO 2

FUNCIONAMENTO DO SISTEMA COFECON/CORECONS

Às 9h35min do dia 13 de setembro de 2012, o coordenador do GT-2 Jusçânio Umbelino de Souza deu por iniciados os trabalhos programados para o grupo de trabalho.

O coordenador oportunizou a palavra ao economista Carlos Roberto de Castro que abordou sobre os dispositivos da Lei nº 1.411/51 e do Decreto nº 31.794/52, destacando a estrutura do sistema Cofecon/Corecons, o número de economistas registrados e os que estão em condições de votos; falou sobre a arrecadação por regional e sobre a atual composição do plenário do Cofecon.

Em seguida, o coordenador passou a palavra para o economista Pedro Afonso Gomes que abordou a composição do sistema do ponto de vista dos integrantes do mesmo, destacando o percentual de homens e mulheres, faixa etária, destacando ainda o número de bacharéis sem registros nos Corecons. Ressaltou ainda, o modelo de fiscalização por meios virtuais.

Já o economista Wellington Leonardo da Silva destacou o aperfeiçoamento do sistema Cofecon/Corecons, com especial ênfase para definição do que pode ser considerada a estrutura mínima para cada unidade regional, ressaltando ainda a importância da arrecadação.

Feitas as exposições, o coordenador passou para a discussão das sete propostas previamente selecionadas, incluídas em quatro subtemas.

Subtema: Modernização das formas de pagamento no sistema Cofecon/Corecons

1 - Elevação do número máximo de parcelas para pagamento das anuidades no sistema Cofecon/Corecons para 5 (cinco) mensais.

2 - início do pagamento das parcelas no final do terceiro mês do ano.

3 - Autorização explícita para que os Corecons recebam suas receitas com cartões de crédito e com débito automático em conta.

4 - A realização de gestões, pelo Cofecon, com o objetivo de implantar o cartão de crédito como forma de pagamento no sistema, com terminais eletrônicos ou

e-commerce, com custos suportáveis pelos Corecons e economistas.

Subtema: Estrutura e funcionamento dos Conselhos Regionais de Economia

5 - Aprovar a participação de todos os Corecons na Plenária do Conselho Federal, com ao menos um titular de cada Estado.

Subtema: Fiscalização da Profissão

6 - Reorganizar o sistema de fiscalização Cofecon/Corecons, com apoio permanente do Conselho Federal na atualização de profissionais dos regionais considerados pequenos ou que tenham dificuldades na manutenção deste sistema, de acordo com a quantidade de profissionais.

Subtema: Processo e procedimentos eleitorais

7 - Realização de eleições diretas para Presidente e Vice-Presidente do Cofecon e Corecons.

“
**O COFECON
VAI FAZER
UMA PESQUISA
SOBRE O
PERFIL DO
ECONOMISTA
EM TODO O
PAÍS.**”



As propostas 1, 2, 3 e 4 foram apresentadas pelo Corecon-PE e defendidas pelo economista Fernando de Aquino Fonseca Neto. Submetidas ao plenário, foram apreciadas em bloco, com o seguinte encaminhamento: as proposições serão examinadas pelo Cofecon com especial ênfase nos aspectos jurídicos. Essa proposição foi apoiada por 26 (vinte e seis) votos.

Proposta nº 5 originada no Corecon-MS defendida pelo economista Volmir Meneguzzo. Submetida ao plenário foi apoiada por 13 (treze) votos tendo recebido 30 (trinta) votos contra.

Proposta nº 6 originada no Corecon-MS, foi defendida pelo economista Volmir Meneguzzo. Submetida ao plenário foi aprovada por unanimidade.

Proposta nº 7 com origem no Corecon-MS foi defendida pelo economista Volmir Meneguzzo. A proposta foi retirada pelo proponente.

GRUPO DE TRABALHO 3

CONJUNTURA ECONÔMICA

O XXIII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia se realiza em momento crítico para a economia brasileira. Os resultados recém-publicados sobre o crescimento do nosso PIB confirmaram a previsão pessimista de que subirá menos de 2%, repetindo o mau resultado do ano passado e, após um período de crescimento mais consistente, retomamos o padrão de baixo crescimento das décadas de 1980 e 1990. O Brasil, país de potencialidades econômicas extremamente elevadas pela sua abundância de recursos naturais, grande mercado interno e setor industrial consolidado, registrou taxa de crescimento inferior a todos os demais países da América do Sul.

No atual cenário de desaceleração econômica e de crise internacional, o governo vem adotando políticas pontuais que não necessariamente atacam as questões estruturais. Além do estímulo à demanda é preciso construir uma política de desenvolvimento que articule o tripé (1) da dinâmica do mercado interno (manutenção e aumento do consumo das famílias); (2) da ampliação dos investimentos, especialmente em infraestrutura e; e (3) da ampliação da inovação e da tecnologia para

impulsionar um verdadeiro desenvolvimento que gere um aumento da riqueza e melhoria das condições de vida da população brasileira.

Cada vez fica mais claro que a única perna do tripé que está funcionando é a do mercado interno, que inclusive está em risco com o atual baixo crescimento recente (2011 e 2012) da economia brasileira. O investimento em infraestrutura realizado pelo governo caiu nesses dois anos do governo Dilma em virtude da manutenção do ajuste fiscal (elevado superávit primário mesmo no atual momento de crise) e de problemas de gestão pública. O governo precisa ampliar sua capacidade de investir (infraestrutura, educação, saúde e tecnologia) por meio da flexibilização fiscal (meta de superávit) e da descentralização da gestão pública, que parece muito centralizada na figura da presidenta e nas instâncias federais.

Para tanto, o Sistema Cofecon/Corecon propõe um movimento em favor da discussão de nova estratégia para o desenvolvimento brasileiro, no âmbito da qual sejam corrigidas as graves distorções que hoje vitimam a economia brasileira e que são reconhecidas pela própria esfera oficial.



PROPOSTAS

UM Rever e flexibilizar o modelo econômico atual, sabidamente de forte viés anticrescimento, que limita a autonomia da política econômica para desenvolver ações voltadas para o desenvolvimento econômico e social do país, à medida que torna sagrados os compromissos com a geração de elevados superávits primários, metas baixas e rígidas de inflação e plena liberdade dos capitais externos.

- Nesta perspectiva, coloca-se, de imediato, a necessidade de se rever os níveis de comprometimento dos recursos públicos para o pagamento (parcial) dos juros da dívida, com sua redução, especialmente em momento de crise como a atual, liberando maior volume de recursos para a realização de investimentos públicos em infraestrutura e políticas sociais;
- Para reforçar os argumentos favoráveis a essa medida, torna-se importante também desmistificar o suposto déficit da Previdência Social;
- Enfatize-se, neste caso, que a destinação de recursos para os investimentos em infraestrutura não pode implicar o sacrifício de políticas essenciais para o desenvolvimento equilibrado e sustentado, como as que dizem respeito à educação, modernização tecnológica e bem-estar da sociedade;
- Neste modelo, é importante dar continuidade à atual política de rendas, com ganhos positivos para o salário mínimo, visando manter aquecido o consumo e contribuindo para evitar, ao mesmo tempo, novas quedas da participação relativa da renda do trabalho no total renda nacional.

DOIS Incorporar ao modelo o compromisso com a conservação da biodiversidade. O modelo de desenvolvimento não pode deixar de incorporar o compromisso com a questão da sustentabilidade ambiental, devendo criar condições e estabelecer requisitos sua observância.

TRÊS Reforçar a importância e o papel do Estado na retomada do crescimento econômico e resgatar a perspectiva do planejamento de longo prazo, concomitantemente ao enfrentamento dos desafios conjunturais colocados pela crise atual da economia internacional. Para isso, as seguintes ações tornam-se necessárias:

- fortalecer a capacidade de planejamento do governo, por meio do fortalecimento operacional do Ministério do Planejamento, envolvendo, neste processo, o Ipea na realização de diagnósticos e elaboração de planos nacionais, regionais e setoriais. É importante, na elaboração de plano global e estratégico de investimento para pavimentar os caminhos do crescimento sustentado, a recriação das câmaras setoriais para auxiliarem neste processo;
- realizar debates e conferências em âmbito nacional, para debater um projeto de desenvolvimento para o país, envolvendo, nesta tarefa, tanto órgãos representativos da sociedade civil como o Conselho de Economia.

QUATRO Reorientar/utilizar os instrumentos do Estado para apoiar e estimular o crescimento econômico. Com este objetivo, são propostas as seguintes medidas:

- realizar urgentemente uma reforma tributária abrangente, que contribua para a redução do custo-Brasil, o que implica reduzir os impostos de caráter cumulativo e desonerar produção e investimentos, e priorizar a tributação direta incidente sobre a renda e a riqueza, visando, além de um maior compromisso com a questão da justiça fiscal, o fortalecimento do mercado interno;
- sobretaxar lucros extraordinários de setores de *commodities*, cujos recursos podem ser reservados para o financiamento de projetos em infraestrutura;

- elaboração e desenvolvimento de estratégias para impulsionar o instrumento das Parcerias Público-Privadas (PPP), visando complementar os recursos públicos para a realização de investimentos em áreas e setores essenciais para o desenvolvimento mais equilibrado;
- tributação da herança, propriedade e riqueza;
- criar mecanismo de apoio e estímulo ao aumento da poupança interna, com o objetivo de reduzir a dependência de capitais externos para a realização de investimentos na economia brasileira;
- destinar parte das reservas internacionais para o Fundo Soberano como fonte de recursos para investimento interno;
- dar continuidade à política de utilização dos bancos oficiais para reduzir os spreads bancários do setor privado, os quais atuam fortemente contra a competitividade da produção nacional.

CINCO Apoiar mudanças e medidas para o fortalecimento da Federação, considerando a importância dos estados e municípios tanto para a realização de investimentos públicos como para a oferta de bens essenciais para a sociedade. Neste sentido, consideram-se fundamentais as seguintes ações:

- realização da reforma tributária, que também prioriza a discussão de um novo modelo de federalismo, com clara definição de atribuições e mecanismos de financiamento entre os entes que compõem a federação – União, estados e municípios;
- renegociação da dívida dos estados e municípios com a União, com redução de juros, visando aliviar seu estrangulamento financeiro atual e aumentar sua capacidade de realização de investimentos públicos, complementarmente ao governo federal, e também de oferecer políticas públicas para a sociedade.



PRÊMIO BRASIL DE ECONOMIA

Durante a abertura do XXIII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, o Cofecon realizou a entrega do XVIII Prêmio Brasil de Economia. Foram reconhecidos trabalhos nas áreas de monografia de graduação, dissertação de mestrado, tese de doutorado, artigo técnico

ou científico e livro de economia. Assim como em 2011, o Prêmio contou com a participação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que ofereceu bolsas de pesquisa para os vencedores de três das cinco categorias. Ao todo, 47 trabalhos concorreram a um total de R\$ 46 mil em prêmios.

OS TRABALHOS PREMIADOS FORAM:

CATEGORIA LIVRO DE ECONOMIA

1º Lugar (R\$ 10.000,00) - “Brasil dos Bancos”
Fernando Nogueira da Costa (Corecon-RJ nº 10.338)



1º

2º Lugar (Menção honrosa)
“Econometria Temporal Multivariada”
Luciano Luiz Manarin D’Agostini (Corecon-PR nº 6.791)



2º

3º Lugar (Menção honrosa)
“Aquarela do Brasil: do Café ao Plano Real”
José da Silveira Filho (Corecon-PR nº 3.991)



3º

CATEGORIA TESE DE DOUTORADO

1º Lugar (R\$ 10.000,00 e bolsa de pesquisa no Ipea por um ano) - “Ciclo de Investimentos e o Papel das Estratégias de Grandes Agentes Econômicos: O Caso da Periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1995-2010”
Bruno Leonardo Barth Sobral (Corecon-RJ nº 26.217)



2º Lugar (R\$ 5.000,00) - “Mobilidade Socio-Ocupacional e Mobilidade Espacial: Diferenciações entre Hierarquias Urbanas Para o Mercado de Trabalho Formal, Brasil, 2000-2009”
Luzia Maria Cavalcante de Melo (Corecon-AL nº 885)



3º Lugar (R\$ 3.000,00) - “Expansão da Fronteira Agropecuária e a Dinâmica do Desmatamento Florestal na Amazônia Paraense”
André Cutrim Carvalho (Corecon-SP nº 31.404)



CATEGORIA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

1º Lugar (R\$ 5.000,00 e bolsa de pesquisa no Ipea por um ano) - “Distribuição e Acumulação de Capital: A Economia Brasileira no Capitalismo Contemporâneo”
Antônio Albano de Freitas (Corecon-RS nº 7.709)



2º Lugar (R\$ 3.000,00) - “Economias Externas, Atributos Urbanos e Produtividade: Evidências a partir do Nível Salarial Industrial das Microrregiões Brasileiras, 2000-2010”
Elton Eduardo Freitas (Corecon-CE nº 3.272)



3º Lugar (R\$ 2.000,00) - “Desigualdades e Políticas Públicas de Habitação no Brasil”
Isaura Florisa Gottschall de Almeida (Corecon-BA nº 5.470)



CATEGORIA ARTIGO TÉCNICO OU CIENTÍFICO

1º Lugar (R\$ 3.000,00) - "Inflação Pró-Pobre no Brasil do Real: Uma Análise Regional"

Fernando de Aquino Fonseca Neto (Corecon-PE nº 4.733)

Fábio José Ferreira de Silva (Corecon-PE nº 4.814)



2º Lugar (Menção Honrosa) - "Trabalho Infantil e Pobreza da População Feminina Brasileira: Uma Discussão da Inter-Relação entre estes dois fatores"

Janete Leige Lopes (Corecon-PR nº 4.671)

Rosângela Maria Pontili (Corecon-PR nº 6.870)



CATEGORIA MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO

1º Lugar (R\$ 3.000,00 e bolsa de pesquisa no Ipea por um ano) - "Crédito Bancário e Desenvolvimento Regional no Período 2004 a 2009: O Enfoque Pós-Keynesiano da Não-Neutralidade da Moeda"

George Felipe Rezendes Tada (Corecon-PR)



2º Lugar (Prêmio de R\$ 2.000,00) - "A Relação entre Desigualdade de Renda e Crescimento Econômico no Brasil"

Paulo Henrique Mendes Leandro Beserra (Corecon-DF)

3º Lugar (Menção honrosa) - "O Debate Simonsen-Gudin e as Ideias Econômicas no Brasil"

Luiz Felipe Bruzzi Curi (Corecon-MG)



GINCANA NACIONAL DE ECONOMIA



Um dos eventos que ocorreu paralelamente ao XXIII Sínese foi a II Gincana Nacional de Economia. Nos dias 13 e 14 de setembro, alunos de diferentes estados e instituições de ensino mediram seus conhecimentos em um jogo no qual duplas de estudantes competem umas contra outras, respondendo perguntas sobre a obra de economistas renomados e simulando situações práticas para as quais precisam encontrar soluções. Mas tudo começou muito antes. Os Conselhos Regionais de Economia foram incentivados a promover suas próprias Gincanas, a fim de selecionar estudantes para participarem do evento nacional. Foi assim que 19

duplas chegaram a Belo Horizonte para, durante dois dias, competirem por R\$ 6 mil em prêmios. No primeiro dia, as duplas foram divididas em grupos, nos quais todas se enfrentavam. Os melhores classificados avançaram para a fase seguinte, quando foram jogadas quartas de final, semifinais e final. Os ganhadores foram Rodolfo José Galvão Buscarini e Diego Aguiar Freitas Lucio (Unicamp); em segundo lugar ficaram Caio Oliveira Azevedo e Igor Ferreira de Oliveira (UFRRJ). Outra dupla paulista ficou com o terceiro lugar: Mateus Martins da Silva e Elisabeth da Costa Lima Pereira (Facamp).





ENCONTRO DE ECONOMISTAS DE LÍNGUA PORTUGUESA



Outro evento que ocorreu de forma paralela ao Since foi o VIII Encontro de Economistas de Língua Portuguesa. Palestrantes de três continentes discorreram sobre questões econômicas do mundo globalizado, da conjuntura e das lições que se podem tirar de situações específicas, proporcionando momentos de um debate riquíssimo.

O economista João Paulo de Almeida Magalhães foi o palestrante brasileiro e falou sobre crescimento clássico e crescimento retardatário num mundo globalizado. Magalhães chamou a atenção para a necessidade de construir um modelo teórico para o crescimento retardatário.

A professora Ana Maria Simões Ramalho Duarte falou sobre os desafios da crise econômica em Angola e da estratégia de desenvolvimento econômico. Trabalhou o tema falando sobre reconstrução a partir de cima e reconstrução a partir de baixo.

O professor moçambicano Ragendra de Sousa falou sobre os desafios da indústria extrativa, enquanto o doutor Fernando Jorge Cardoso discorreu sobre a situação de Portugal na crise europeia.

No dia seguinte, o professor Armindo Silvestre de Ceita do Espírito Santo realizou palestra sobre a economia de São Tomé e Príncipe e os constrangimentos ao seu desenvolvimento no período pós-independência. E a última conferência do evento foi do doutor Degol Mendes, sobre o programa de moeda única da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e as lições que se podem tirar da crise na zona do Euro.

Na Assembleia de Encerramento do evento, Moçambique foi escolhido como sede do próximo encontro e o professor baiano Nei Cardim foi eleito presidente da Associação dos Economistas de Língua Portuguesa.



COFECON PRESENTE EM DEBATE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O presidente do Conselho Federal de Economia, Ermes Tadeu Zapelini, participou no dia 22 de agosto de um seminário na Câmara dos Deputados para discutir “Políticas Públicas de Estímulo ao Consumo e seus Efeitos na Economia do Brasil”. O evento contou com a presença de vários economistas para debater o tema e foi dirigido pelo deputado Edmar Arruda (PSC/PR), que preside a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara.

“O governo tem tomado medidas de incentivo ao consumo e o Congresso praticamente não tem participado disso”, afirmou o deputado ao abrir o seminário. E colocou uma questão sobre o aumento do crédito: os bancos públicos aumentaram sua carteira de crédito em 45%; os bancos

privados, 12%. “Queremos debater com especialistas das mais variadas tendências”.

Zapelini foi o primeiro debatedor a falar e começou discorrendo sobre as funções principais do governo ao longo da história: proteção, geração de bens públicos, estabilidade econômica e regulação. Ao chegar à questão do consumo, afirmou: “Não entendo a teoria keynesiana como uma teoria de consumo. Quando Keynes estimula o consumo, ele o faz no contexto de um período depressivo. O que move a economia é o investimento”. Zapelini vê o consumo como medida positiva no curto prazo: “Num primeiro momento gera emprego e renda, faz a felicidade geral. Mas este modelo se esgota”.

Num segundo momento, apontou para problemas gerais da economia brasileira. Sobre o crédito, questionou: “como é que nós, com uma inflação de 5%, aceitamos uma taxa de juros de cartão de crédito que chega a 300%?”. Sobre o transporte, classificou o modelo brasileiro como “o que tem de mais ilógico: as cargas são transportadas por milhares de caminhõezinhos. E o transporte de massa, trem, navio?”. Mencionou também que “as nossas cidades crescem atabalhoadamente, sem qualquer planejamento”.

**“
OS MINISTÉRIOS
CONVERSAM APENAS
COM SEUS BOTÕES. EU
FUNDIRIA QUATRO OU
CINCO MINISTÉRIOS
EM UM: O MINISTÉRIO
DA ECONOMIA.”**

A falta de profissionais qualificados em várias áreas também foi mencionada. “O Japão e a Coreia sabiam que não conseguiriam a transferência de tecnologia. O que fizeram? Importaram técnicos e copiaram a tecnologia”. A questão da energia elétrica também foi citada: “Nossa energia é uma das mais caras do mundo. Como isso é possível num país com tantos rios?”. E a complexidade tributária não foi esquecida pelo presidente: “As empresas estão atonetadas de gente para recolher imposto. Como é que não conseguimos fazer uma simplificação tributária?”, questionou o presidente do Cofecon.

Retomando ideias que abordou em seu discurso de posse, Zepelini falou sobre a importância do planejamento. “Os ministérios não conversam entre si; apenas com seus botões. Eu fundiria quatro ou cinco ministérios em um: o Ministério da Economia. Ele seria responsável pelo planejamento”.

Manuel Enríquez García, presidente do Corecon-SP e da Ordem dos Economistas do Brasil, foi o palestrante seguinte. Ele falou sobre como a crise internacional se espalhou a partir da quebra do banco Lehman Brothers (15 de setembro de 2008), o impacto no Brasil no último trimestre daquele ano e as medidas do governo para o enfrentamento da crise.



“Foram medidas corretas para enfrentar a crise no curto prazo. O governo agiu facilitando o crédito, aumentando os prazos, reduzindo o IPI e aumentando o volume de crédito”, avaliou Enríquez. “Mas elas trouxeram dois inconvenientes. O primeiro é que a redução de IPI reduz a arrecadação e o estado brasileiro não tem condição de poupar”, afirmou, citando que o último período em que houve poupança efetiva ocorreu entre 1968 e 1973. O segundo inconveniente foi o endividamento das famílias brasileiras. “Dados da CNC mostram, em julho, que 57% das famílias brasileiras estão endividadas” afirmou.

Enríquez reconheceu o bom momento que vive a economia brasileira, mas afirmou que não há como crescer de forma sustentada com base no crédito. “Longe estamos de problemas como os enfrentados por Estados Unidos e Espanha. Temos fundamentos macroeconômicos muito bons. Mas precisamos de uma mudança no modelo. Se o governo não pode investir, que o investimento ocorra com as concessões, privatizações ou seja qual for o nome que tiver”.



O presidente do Corecon-SP terminou sua fala com crescimento econômico e investimentos: “Se nós chegarmos a 21 ou 22% de formação bruta de capital fixo nos próximos três ou quatro anos, poderemos

considerar 4% um crescimento razoável. Mas para um crescimento mais sustentado, temos que olhar também os investimentos em capital humano”.

O palestrante seguinte foi o secretário executivo adjunto do Ministério da Fazenda, Dyogo Henrique de Oliveira. Ele apontou para uma previsão de crescimento negativo mundial em 2012 (-0,1%) e 2013 (-0,2%). “Há uma deterioração contínua no cenário internacional”, comentou enquanto apresentava tabelas e gráficos.

Em seguida, passou a falar sobre as medidas do governo e seus resultados em busca de efeitos de longo prazo: juros e *spreads* menores, Real mais competitivo, contenção de gastos de custeio, reforma da estrutura tributária, estímulos ao investimento e estímulos setoriais.

“ PARA UM CRESCIMENTO MAIS SUSTENTADO, TEMOS QUE OLHAR TAMBÉM OS INVESTIMENTOS EM CAPITAL HUMANO ”

Entre as medidas mais específicas, destacou a criação da previdência complementar dos servidores públicos federais; a redução na alíquota interestadual de ICMS e ampliação do Supersimples; mudança na remuneração da caderneta de poupança; criação do cadastro positivo; debêntures de infraestrutura; e o plano de concessões anunciado recentemente.

O chefe do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil, Túlio Maciel, começou mostrando dados sobre a relação consumo das famílias/PIB: em 2003, era de 61,9%; em 2010, 59,6%. “O aumento do consumo das famílias aconteceu juntamente com o aumento da renda”, afirmou Maciel.

Túlio também trouxe dados para mostrar que o investimento cresceu. No período de 2000 a 2006, a média da taxa de investimento foi de 16,3%; de 2007

a 2012, 18,7%. “Estamos no caminho certo com o crescimento dos investimentos”, apontou.

Em seguida, Maciel falou sobre fatores associados à expansão do consumo: maior emprego, maior salário real, maior formalização do emprego, crédito mais acessível, estabilidade de preços e distribuição de renda. Ao comentar a relação crédito/PIB (25% em 2003 contra 50,6% em 2012), Maciel apontou o juro real de 1,7% ao ano e a comparou com a de outros países em que esta relação é muito maior. “A expansão de crédito se deu num ambiente bastante rígido. A comparação internacional crédito/PIB nos mostra que ainda há espaço para crescimento”. Por último, o economista falou sobre o programa de educação financeira promovido pelo Banco Central.

O professor Adolfo Sachsida vê o país caminhando para um desastre. “É um quadro parecido com o fim da década de 1970, quando se dizia que ninguém segura este país e fomos para o buraco”. De maneira específica, falou sobre algumas notícias corriqueiras e seus significados.

A primeira questão abordada foi a flexibilização de garantias para investimentos em infraestrutura. A consequência é a possibilidade de inflar garantias. “Todos interessados em inflar garantias. Assim você dá uma noção errada de eficiência econômica. Alguém duvida de que isso está acontecendo com o trem-bala?”, questionou.

A segunda questão abordada por Sachsida é o chamado *subprime*. “Como aumentar o crédito sem aumentar a taxa de poupança? Securitização da dívida. *Subprime*”,

afirmou o professor. “E quem está fazendo isso hoje é a Caixa Econômica Federal. Se você não acredita em mim, pergunte onde está hoje o Banco Nacional de Habitação”. A terceira questão foram os Certificados de Recebíveis Imobiliários. “Temos uma política monetária e fiscal estimulando um mercado imobiliário já aquecido. O que é que falta? Falta o governo autorizar que o setor financeiro receba CRI como garantia e a Caixa Econômica Federal dar garantia de recompra automática. Aí teremos o desastre”.

Sachsida encerrou sua fala, mais breve que as anteriores, dizendo que “a ideia do governo é boa: auxiliar quem tem baixa renda na compra de imóveis. O mecanismo é que está errado”.

O último palestrante do dia foi Fernando Ulrich, representante do Instituto Ludwig von Mises Brasil. “Metade da minha fala já foi dita pelo professor Sachsida”, afirmou. E trouxe, em seguida, alguns dados sobre o crédito no Brasil, com grande crescimento desde 2006. “Em 2001, os bancos públicos respondiam por 31% do crédito total no país. Em 2012, eles respondem por 45%”.

Que medidas o governo deveria tomar para lidar com esta situação? Ulrich falou sobre três: “Primeiro, não estimular o consumismo. Na mesma linha, não estimular a redução artificial do *spread*. E preservar o poder de compra do Real”. Ao encerrar o evento, o deputado Edmar Arruda defendeu duas medidas específicas do governo Dilma: “A previdência complementar dos servidores públicos e o novo programa de concessões já valeram pelos quatro anos de governo”.



ACONTECE NOS CORECONS

ELEIÇÕES

Na última semana de outubro os economistas puderam eleger seus representantes nos Conselhos Regionais de Economia. Como acontece todos os anos, encerram-se os mandatos de um terço dos conselheiros. No lugar deles, novos conselheiros são empossados para um mandato de três anos (neste caso, de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015). Todos os economistas que se encontram em dia com o Regional podem votar. Os candidatos se organizam em chapas que, além de conselheiros regionais efetivos e suplentes, têm

delegados eleitores, responsáveis por representar seus Corecons na eleição dos novos conselheiros federais (também anual, renovando um terço do plenário federal). Alguns Corecons também incluem em sua eleição uma consulta aos economistas para o cargo de presidente. A decisão não tem caráter oficial, já que o presidente dos Conselhos Regionais é eleito pelo plenário durante a primeira sessão do ano. No entanto, a escolha dos economistas na indicação para a presidência tradicionalmente é respeitada pelos plenários regionais.

VEJA A SEGUIR OS NOMES DOS REPRESENTANTES ELEITOS PELOS ECONOMISTAS:

CORECON-RJ

Conselheiros efetivos:

Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares e Sidney Pascoutto da Rocha

Conselheiros suplentes:

Cesar Homero Fernandes Lopes, José Ricardo de Moraes

Lopes e Sérgio Carvalho Cunha da Motta

Delegados-eleitores: José Antonio Lutterbach Soares (efetivo) e Sidney Pascoutto da Rocha (suplente)

Consulta para presidência: Sidney Pascoutto da Rocha (presidente) e Edson Peterli Guimarães (vice-presidente)

CORECON-SP

Conselheiros efetivos: Afonso Arthur Neves Baptista, José Dutra Vieira Sobrinho, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos e Wilson Abrahão Rabahy

Conselheiros suplentes: Odair Nigosky, Cândida Maria de Souza, Teruo Hida e Maria Alejandra Caporale Madi

Delegados-eleitores: Heron Carlos Esvael do Carmo (efetivo) e Gil Marcos Clarindo dos Santos (suplente)

Delegados Regionais: Alair Orlando Barão (Araçatuba), Reinaldo César Cafeo (Bauru), Paulo Cesar Adani (Campinas), Marino Mazzei Junior (Jundiaí), Alvaro Barboza dos Santos (Pres. Prudente), Fabiano Augusto Alvarenga Guimarães (Ribeirão Preto), Antonio Eduardo Poleti (Santos), Hipólito Martins Filho (S. J. do Rio Preto) e Sidney Benedito de Oliveira (Sorocaba)

CORECON-PE

- **Conselheiros efetivos:** Fábio José Ferreira da Silva, Ana Cláudia Arruda Laprovitera e Anita Lemos Dubeux
 - **Conselheiros suplentes:** Rodolfo Guimarães Regueira da Silva, Romilson Marques Cabral e Enildo Meira de Oliveira Júnior
 - **Delegados-eleitores:** Fernando de Aquino Fonseca Neto (efetivo) e Alexandre José Sobral Baracho (suplente)
-

CORECON-RS

- **Conselheiros efetivos:** Everton André Batista Lopes, Leandro Antonio de Lemos e Milton Biazus
 - **Conselheiros suplentes:** Henri Wolf Bejzman, Vladimir da Costa Alves e Alexandre Reis
 - **Delegados-eleitores:** José Luiz Amaral Machado (efetivo) Geraldo P. Rodrigues da Fonseca (suplente)
-

CORECON-BA

- **Conselheiros efetivos:** Virgílio Pacheco de Araújo Neto, Nei da Rocha Bandeira Junior e Carlos Augusto Franco Magalhães
 - **Conselheiros suplentes:** Aílton Pinto de Andrade, Davidson de Magalhães Santos e Antonio Cesar da Silva
 - **Delegados-eleitores:** Nei Jorge Correia Cardim (efetivo) e Marcelo José dos Santos (suplente)
-

CORECON-PR

- **Conselheiros efetivos:** Celso Machado, José Augusto Soavinsky, Marcos Kruze e Maria de Fátima Miranda.
 - **Conselheiros suplentes:** Celso Bernardo, Guilherme Hideo Assaoka Hossaka, Nivaldo Cândido da Silva e Luis Alberto Ferreira Garcia
 - **Delegados-eleitores:** Kanitar Aymoré Saboia Cordeiro (efetivo) e Eduardo Moreira Garcia
-

CORECON-SC

- **Conselheiros efetivos:** Valery Maineri König, Ricardo Bayer Battistotti e Flávio Lopes Perfeito
- **Conselheiros suplentes:** Eduardo Alexandre Corrêa de Machado, Bruno Fernando Lopes Ventura e Nelson Castello Branco Nappi
- **Delegados-eleitores:** Paulo Roberto de Jesus (efetivo) e Máximo Porto Seleme (suplente)

CORECON-CE

- **Conselheiros efetivos:** Ricardo Eleutério Rocha, Henrique Jorge Medeiros Marinho e Allisson David de Oliveira Martins
 - **Conselheiros suplentes:** Zaíra Caldas de Oliveira, Adriano Sarquis Bezerra de Menezes e Carlos Eduardo dos Santos Marinol
-

CORECON-MG

- **Conselheiros efetivos:** Cláudio Gontijo, Fabrício Augusto de Oliveira e Frederico Gonzaga Jayme Junior
 - **Conselheiros suplentes:** Paulo Orestes Vidigal Martins da Costa Lima, Raimundo de Sousa Leal Filho e Carlos Aníbal Nogueira Costa
 - **Delegados-eleitores:** Wilson Benício Siqueira (efetivo) e Róridan Penido Duarte (suplente)
 - **Consulta para presidência:** Cláudio Gontijo (presidente) e Fabrício Augusto de Oliveira (vice-presidente)
-

CORECON-DF

- **Conselheiros efetivos:** Carlos Eduardo de Freitas, José Luiz Pagnussat e Maurício Barata de Paula Pinto
 - **Conselheiros suplentes:** Newton Ferreira da Silva Marques, Roberto Carvalho Costa Filho e Eduardo Toledo Neto
 - **Delegados-eleitores:** Jusçanio Umbelino de Souza (efetivo) e Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo (suplente)
 - **Consulta para presidência:** Carlos Eduardo de Freitas (presidente) e Carlito Roberto Zanetti (vice-presidente)
-

CORECON-AL

- **Conselheiros efetivos:** Mario Vieira de Almeida, Cleydner Marques de Magalhães Mauricio e Maurílio Procópio Gomes
- **Conselheiros suplentes:** José Gomes Filho, Dinarte Hermogenes Bastos e Mário Humberto Lima Silva
- **Delegados-eleitores:** Hermann Braga de Lyra Junior (efetivo) e José Helder Pessoa Nunes (suplente)

CORECON-AM

- **Conselheiros efetivos:** Erivaldo Lopes do Vale, José Carlos Mota dos Santos e Débora Silva de Oliveira Sales.
 - **Conselheiros suplentes:** Amanda Carla Nascimento Torres Evangelista, Wilson Luis Buzato Périco e Marcelo Magaldi Alves.
 - **Delegados-eleitores:** Erivaldo Lopes do Vale (efetivo) e Edson Nogueira Fernandes Junior (suplente).
-

CORECON-MT

- **Conselheiros efetivos:** Fernando Tadeu de Miranda Borges, Alexandre Magno de Melo Faria e Ricardo Augusto Moreira da Silva.
 - **Conselheiros suplentes:** Erminio Rodrigues Pereira, Gilberto Lemes do Nascimento e Vallencia Maira Gomes.
 - **Delegados-eleitores:** Pedro Calmon Pepeu Garcia Vieira Santana (efetivo) e Reginaldo Conceição Amorim (suplente).
-

CORECON-MA

- **Conselheiros efetivos:** José Lúcio Alves Silveira, José Ribamar Silva Campos e Heloízo Jerônimo Leite.
 - **Conselheiros suplentes:** Aníbal da Silva Lins, Heric Santos Rossoe e Joçara Felipe de Paula.
 - **Delegados-eleitores:** Dilma Ribeiro de Sousa Pinheiro (efetiva) e José Cursino Raposo Moreira (suplente).
-

CORECON-SE

- **Conselheiros efetivos:** Lion Rodrigues Schuster, José Carlos Oliveira de Souza e Idalino Souza.
- **Conselheiros suplentes:** José Wilson Vitório, Waldir Pires Argôlo e Gisélia Maria S. Bezerra.
- **Delegados-eleitores:** Lion Rodrigues Schuster (efetivo) e Cléa Maria Rezende (suplente).

CORECON-ES

- **Conselheiros efetivos:** Gradiston Coelho da Silva, Sebastião José Balarini e Celso Bissoli Sessa.
 - **Conselheiros suplentes:** Ednilson Silva Felipe, Eduardo Reis Araújo e Maria Celeste Ribeiro Pupa.
 - **Delegados-eleitores:** Sebastião José Balarini (efetivo) e Celso Bissoli Sessa (suplente).
-

CORECON-GO

- **Conselheiros efetivos:** Álen Rodrigues de Oliveira, Everaldo Leite da Silva e Wellington Matos Lima.
 - **Conselheiros suplentes:** Aurélio Ricardo Troncoso Chaves, Bruno Regiany Peixoto Pimenta e Fábio Cardoso da Silva.
 - **Delegados-eleitores:** Júlio Alfredo Rosa Paschoal (efetivo) e Rivanildo Argolo Silva (suplente).
-

CORECON-RN

- **Conselheiros efetivos:** Celso Arnaldo de Medeiros, Roberto Máximo de Lima e Maria do Socorro A. de M. Dantas.
 - **Conselheiros suplentes:** Augusto Carlos A. T. Carvalho, Francisco de Assis R. da Silva e Luiz José de O. Bezerra.
 - **Delegados-eleitores:** Nilton Tavares Morais (efetivo) e Airton Soares Costa (suplente).
-

CORECON-MS

- **Conselheiros efetivos:** Ângelo Mateus Prochmann, Jorge Tadeus de Barros Veneza e Juan Carlos Antonelli Vidal.
- **Conselheiros suplentes:** Fabio Henrique Mendieta, Tiago Queiroz de Oliveira e Vanessa Schmidt.
- **Delegados-eleitores:** Volmir Meneguzzo (efetivo) e Jorge Tadeu de Barros Veneza (suplente).

CORECON-PB

- **Conselheiros efetivos:** Zélia Maria de Almeida, Sinézio Fernandes Maia e Paulo Francisco Monteiro Galvão Júnior.
- **Conselheiros suplentes:** Rafael Bernardino de Souza, Maria Janete de Melo Pereira e Roberta Trindade Martins Lira.
- **Delegados-eleitores:** Paulo Hermance Paiva (efetivo) e Martinho Leal Campos (suplente).

CORECON-PI

- **Conselheiros efetivos:** Francisco José de Sousa, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e Elizabeth Soares Freitas Nunes.
- **Conselheiros suplentes:** Linda Maria Pessoa Felinto, Moacyr Ferraz do Lago e Veronica Paraguassu Martins.
- **Delegados-eleitores:** Pedro Andrade de Oliveira (efetivo) e Paulo José Santos do Nascimento (suplente).

CORECON-RO

- **Conselheiros efetivos:** Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Maria Geânia de Souto e Sílvio Rodrigues Persivo Cunha.
- **Conselheiros suplentes:** João Batista Almeida, Oberdan Pandolfi Ermita e Francisco Regis Ximenes de Almeida.
- **Delegados-eleitores:** Aldenor José Neves (efetivo) e Manuel Antônio Valdés Borrero (suplente).

CORECON-TO

- **Conselheiros efetivos:** Rosilene Sudré da Silva, Claudinei Henrique Leal da Cunha e Vilmar Carneiro Wanderley.
- **Conselheiros suplentes:** Wagner Borges, Ederli Batista de Paula, Nilton Gonçalves Barbosa.
- **Delegados-eleitores:** Lázaro Gomes de Souza (efetivo) e João Lourenço Soares da Cunha.
- **Consulta para a presidência:** Francisco Viana Cruz (presidente) e Vilmar Carneiro Wanderley (vice-presidente).

CORECON-AP

- **Conselheiros efetivos:** Alberto Jorge de Oliveira, Inara Padilha da Silva e Vanderci de Oliveira Firmino.
- **Conselheiros suplentes:** Altair José Martel Aires da Silva, Cesar Augusto dos Santos Matos e Rodson William Barroso Juarez.

CORECON-RR

- **Conselheiros efetivos:** Marcio Vieira Oliveira, Lana Patricia dos S. Nunes e Marissane Sousa da Silva.
- **Conselheiros suplentes:** Rossana Roberta de A. Souza, Fabio Rogerio V. de Oliveira e Castro Emanuel B. de Magalhães.
- **Delegados-eleitores:** Marcio Vieira Oliveira (efetivo) e Lana Patricia dos S. Nunes.



RELAÇÃO DOS CORECONS

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 1ª REGIÃO - RJ

Endereço: Av. Rio Branco, 109, 16º e 19º andares - Centro
Cidade: Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20.040-906
Telefone: (21) 2103-0178
Fax: (21) 2103 -0106
Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães
Vice-Presidente: Sidney Pascouito da Rocha
Secretário Executivo: Wellington Leonardo da Silva
Site: www.corecon-rj.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 2ª REGIÃO - SP

Endereço: Rua Líbero Badaró, 425, Ed. Grande São Paulo, 14º andar - Centro
Cidade: São Paulo - SP
CEP: 01009-905
Telefone: (11) 3291-8700 (Geral)
Fax: (11) 3291-8701
Presidente: Manuel Enriquez Garcia
Vice-Presidente: Francisco da Silva Coelho
Secretário Executivo: Silvério Antônio dos Santos Junior
Site: www.coreconsp.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 3ª REGIÃO - PE

Endereço: Rua do Riachuelo, 105, Ed. Círculo Católico, sala 208 Boa Vista
Cidade: Recife - PE
CEP: 50050-400
Telefone: (81) 3222-0758 / 3221-2473
Fax: (81) 3222-0758
Presidente: Fernando de Aquino Fonseca Neto
Vice-Presidente: José Carlos Neves de Andrade
Secretário Executivo: Adriana Araújo
Site: www.corecon-pe.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 4ª REGIÃO - RS

Endereço: Rua Siqueira Campos, 1.184, Conj 601-606, 6º andar - Centro
Cidade: Porto Alegre - RS
CEP: 90010-001
Telefone: (51) 3254-2600 (Geral)
Presidente: Geraldo Pinto Rodrigues da Fonseca
Vice-Presidente: Tiago Wickstrom Alves
Secretário Executivo: Helena Edi Cruz
Site: www.coreconrs.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 5ª REGIÃO - BA

Endereço: Rua Frederico Simões, 98, Ed. Advanced Trade Center, sala 505, Caminho das Árvores - Pituba
Cidade: Salvador - BA
CEP: 41820-774
Telefone/fax: (71) 3341-1597 / 3341-2764 / 3341-2770
Presidente: Marcelo José dos Santos
Vice-Presidente: Carlos Rodolfo Lujan Franco
Secretário Executivo: Bruno Pires Sacramento
Site: www.corecon-ba.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 6ª REGIÃO - PR

Endereço: Rua Professora Rosa Saporski, nº 989 - Mercês
Cidade: Curitiba - PR
CEP: 80.810-120
Telefone: (41) 3336-0701
Fax: (41) 3336-0701
Presidente: Eduardo Moreira Garcia
Vice-Presidente: José Augusto Soavinsky
Secretário Executivo: Amarildo de Souza Santos
Site: www.corecon-pr.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 7ª REGIÃO - SC

Endereço: Rua Trajano, 265, 12º andar - Centro
Cidade: Florianópolis - SC
CEP: 88.010-010
Telefone: (48) 3222-1979
Fax: (48) 3222-1979
Presidente: Paulo Roberto de Jesus
Vice-Presidente: Ricardo Bayer Battistotti
Site: www.corecon-sc.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 8ª REGIÃO - CE

Endereço: Avenida Antônio Sales, 1.317, salas 06 / 08, Ed. Nordeste Center - Bairro Joaquim da Távora
Cidade: Fortaleza - CE
CEP: 60.135-100
Telefone: (85) 3246-1551
Fax: (85) 3224-8162
Presidente: Francisco Assunção e Silva
Vice-Presidente: Rogério Coutinho Fontenelle
Superintendente: Mirian Pinheiro Pessoa de Andrade
Site: www.corecon-ce.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 9ª REGIÃO - PA

Endereço: Rua Jerônimo Pimentel, 918 - Umarizal
Cidade: Belém - PA
CEP: 66.055-000
Telefone: (91) 3223-1988
Fax: (91) 3242-0207
Presidente: Antonio Ximenes Barros
Vice-Presidente: Marcus Vinícius Gomes Holanda
Secretário Executivo: Marco Antônio Barbosa da Costa
Site: www.coreconpara.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 10ª REGIÃO - MG

Endereço: Rua Paraíba, 777 - Funcionários
Cidade: Belo Horizonte - MG
CEP: 30.130-140
Telefone: (31) 3261-5806
Fax: (31) 3261-8127
Presidente: Cláudio Gontijo
Vice-Presidente: Fabrício Augusto de Oliveira
Gerente Executivo: Flávio Vidigal de Carvalho Pereira
Site: www.portaldoeconomista.org.br



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 11ª REGIÃO - DF

Endereço: Setor Comercial Sul, Quadra 4, Bloco A, sala 202,
Edifício Embaixador

Cidade: Brasília – DF

CEP: 70.300-907

Telefone: (61) 3964-8366 / 3223-1429 / 3225-9242

Fax: (61) 3964-8364

Presidente: Jusçanio Umbelino de Souza

Vice-Presidente: Maria Cristina de Araújo

Secretário Executivo: Ronaldo Galloti Schroeder

Site: www.corecondf.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 12ª REGIÃO - AL

Endereço: Rua Dias Cabral, 165, 1º andar - Centro

Cidade: Maceió – AL

CEP: 57.020-250

Telefone: (82) 3221-3850

Presidente: Marcos Antônio Moreira Calheiros

Vice-Presidente: Maurílio Procópio Gomes

Gerente Executivo: Divaldo Coutinho

Site: www.corecon-al.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 13ª REGIÃO - AM

Endereço: Rua Leonardo Malcher, 768 - Centro

Cidade: Manaus – AM

CEP: 69.010-170

Telefone: (92) 3234-2421 / 3622-7880 / 3622-2826

Fax: (92) 3234-2421

Presidente: Ailson Nogueira Rezende

Vice-Presidente: Francisco de Assis Mourão Júnior

Gerente Executivo: Jorge Rodrigo Lopes Chaves

Site: www.corecon-am.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 14ª REGIÃO - MT

Endereço: Rua 6, Quadra 11, Lote 2 - Palácio Paiaguás

Cidade: Cuiabá – MT

CEP: 78.049-045

Telefone: (65) 3644-1607

Presidente: Adão Barbosa Garcia

Vice-Presidente: Aurelino Levy Dias de Campos

Gerente Executiva: Helena Edí Cruz

Site: www.corecon-mt.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 15ª REGIÃO - MA

Endereço: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/ nº, Casa do Trabalhador,
sala 104 - Calhau

Cidade: São Luís – MA

CEP: 65.074-220

Telefone: (98) 3236-5376

Fax: (98) 3246-1784

Presidente: Luiz Augusto lopes Espindola

Vice-Presidente: Felipe Macedo de Holanda

Gerente Executivo: Marlene Costa Luz

Site: www.corecon-ma.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 16ª REGIÃO - SE

Endereço: Rua Duque de Caxias, 398 - São José

Cidade: Aracaju – SE

CEP: 49.015-320

Telefone: (79) 3214-1883 / 3214-0173

Fax: (79) 3211-7826

Presidente: Hermany Machado Ferreira

Vice-Presidente: Israel Schuster

Secretário Executivo: Artemisa Ribeiro Batista

Site: www.corecon-se.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 17ª REGIÃO - ES

Endereço: Rua Alberto de Oliveira Santos, 42, sl. 1903/1904 - Centro

Cidade: Vitória – ES

CEP: 29.010-250

Telefone: (27) 3222-1985 / 3233-0618

Presidente: José Antônio Alves Resende

Vice-Presidente: Tyago Ribeiro Hoffmann

Gerente Executiva: Josiane Gonçalves da Silva Tavares

Site: www.corecon-es.com.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 18ª REGIÃO - GO

Endereço: Av. 86, nº 617 - Setor Sul

Cidade: Goiânia – GO

CEP: 74.083-330

Telefone/fax: (62) 3218-3311

Presidente: Alen Rodrigues de Oliveira

Vice-Presidente: Marcos Fernando Arriel

Responsável Direto: Maria Paula Badra (Secretária Executiva)

Site: www.corecon-go.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 19ª REGIÃO - RN

Endereço: Rua Princesa Isabel, 815 - Cidade Alta

Cidade: Natal – RN

CEP: 59.025-400

Telefone: (84) 3201-1005 / 3201-1655

Fax: (84) 3201-1655

Presidente: Airton Soares Costa

Vice-Presidente: Nilson Tavares Morais

Responsável Direto: Maria Maíza de Paiva Costa (Gerente-Executiva)

Site: www.corecon-rn.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 20ª REGIÃO - MS

Endereço: Rua Dr. Arthur Jorge, 2.437 - Monte Castelo

Cidade: Campo Grande – MS

CEP: 79.010-210

Telefone: (67) 3356-4796

Fax: (67) 3356-7405

Presidente: Volmir Meneguzzo

Vice-Presidente: Ricardo José Senna

Responsável Direto: Andréia dos Santos Ferreira Silva
(Gerente de Fiscalização)

Site: www.coreconms.org.br

RELAÇÃO DOS CORECONS

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 21ª REGIÃO - PB

Endereço: Avenida Epitácio Pessoa, 2.491, sala 04, 1º andar
Bairro dos Estados

Cidade: João Pessoa – PB

CEP: 58030-002

Telefone/fax: (83) 3241-1089

Presidente: Antonio Cavalcante Filho

Vice-Presidente: Edivaldo Teixeira de Carvalho

Gerente Executivo: Thales Batista da Silva

Site: www.corecon-pb.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 22ª REGIÃO - PI

Endereço: Rua Felix Pacheco, 1.680 - Centro

Cidade: Teresina – PI

CEP: 64.001-160

Telefone: (86) 3221-7337

Fax: (86) 3221-0169

Presidente: Pedro Andrade de Oliveira

Vice-Presidente: Clovis Francisco Ribeiro Raulino

Responsável Direto: Maria do Espírito S. Gonçalves de Oliveira Silva
(Secretária-Executiva)

Site: www.corecon-pi.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 23ª REGIÃO - AC

Endereço: Av Ceará, 3.201, 1º piso - Alto da Convel Abraão Alab

Cidade: Rio Branco – AC

CEP: 69.907-000

Telefone: (68) 3227-3490

Presidente: Antônio Batista Brito

Vice-Presidente: José Idalécio de Sousa Galvão

Responsável Direto: Fernanda Bezerra Fernandes
(Secretária-Executiva)

Site: www.corecon-ac.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 24ª REGIÃO - RO

Endereço: Av. Calama, 2.300, Sala 14, Galeria Garden
Bairro São João Bosco

Cidade: Porto Velho – RO

CEP: 78.803-769

Telefone/fax: (69) 3224-1452

Presidente: Bianca Lopes de Andrade Rodrigues

Vice-Presidente: Liduino Cunha

Responsável Direto: Sirlene Rocha de Melo (Profissional de
Assistência ao Economista)

Site: www.corecon-ro.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 25ª REGIÃO - TO

Endereço: Quadra 104 Sul com AV LO 01 - Conjunto 4, lote 12, Sala 107

Cidade: Palmas – TO

CEP: 77020-020

Telefone: (63) 3215-8660

Presidente: Vilmar Carneiro Wanderley

Vice-Presidente: Rosilene Sudré da Silva

Secretário Executivo: Keitiane Morais Xavier Krambeck

Site: www.corecon-to.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 26ª REGIÃO - AP

Endereço: Rua Manoel Eudócio Pereira, 826, sala B (Altos)
Santa Rita

Cidade: Macapá – AP

CEP: 68.908-123

Telefone/fax: (96) 3225-1323

Presidente: Vanderci de Oliveira Firmino

Vice-Presidente: Naly Collares Távora

Secretário Executivo: Ketty Sabine Pinto

e-mail: corecon-ap@coreconamapa.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 27ª REGIÃO - RR

Endereço: Avenida Major Williams, nº 2.108 - Bairro São Francisco

Cidade: Boa Vista – RR

CEP: 69.301-110

Telefone/fax: (96) 3624-1517 / (95) 9148-2666 / (95) 8124-7011

Presidente: Marcio Sales de Sousa

Vice-Presidente: Eduardo Jorge Aucar Seffair

Secretária Executiva: Iara Andion





É PARA A FRENTE QUE SE ANDA

Como coordenador da Comissão de Comunicação do Cofecon por duas vezes, chego ao final da minha colaboração espontânea e desejada. Sendo assim, gostaria de agradecer a todos os colaboradores (conselheiros e funcionários), que de forma aberta e determinada, contribuíram para que pudéssemos renovar e ampliar a conectividade entre o Cofecon e os Corecons, tendo como rumo certo servir aos economistas, que são a nossa razão de existirmos institucionalmente.

Cabe, no entanto, ressaltar que ainda temos muito a fazer para que o sistema Cofecon/Corecons possa atingir um nível de excelência. Nesta linha, destaco que o mais importante, no momento em que nos encontramos, é buscar

ampliar o número de economistas registrados e ativos. Sabemos que, para tanto, devemos ampliar nossos contatos com as faculdades de ciências econômicas, objetivando mostrar aos estudantes a abrangência do mercado e a importância da defesa da profissão do economista.

Outro destaque importante é reduzirmos os atos burocráticos e aumentarmos a eficiência administrativa, buscando uma linguagem única e rápida para melhor servirmos aos Corecons e aos economistas.

Por fim, devemos mostrar as diversas visões sobre a economia atual, com uma postura isenta, mas que retrate o dia a dia da economia brasileira e internacional, por meio de debates abertos com todos os agentes econômicos e, principalmente, com a sociedade civil.

É sabido, por todos, que nosso mundo encontra-se acelerado e difuso. Ter clareza desse movimento coloca-nos em vantagem para sugerirmos mudanças de rumos e de atitudes diante da realidade exposta. Não foi à toa que escolhemos como tema central do planejamento estratégico a frase: "Conhecermos o passado, considerarmos o presente e desenharmos o futuro, com justiça social".

Portanto, caros amigos conselheiros, aqui me despeço com o sentimento de que busquei dar o melhor para que o nosso sistema Cofecon/Corecons pudesse iniciar o seu grande salto para o futuro e que a renovação seja uma constante.

Abraço. Feliz 2013!

Conselheiro: **Wilson Benício Siqueira**
Coordenador da Comissão de Comunicação

Economista. Planejando o desenvolvimento do Brasil.

Conhecer o passado, considerar o presente e desenhar o futuro com justiça social.

Hoje o Brasil é conhecido globalmente por ser a sexta maior economia do mundo. E muito desse sucesso se deve ao trabalho dos economistas. Por isso, prestamos nossa homenagem a esse profissional que tanto contribui para melhorar a vida de todos os brasileiros.

Economista

Importante para você.
Indispensável para o Brasil.

cofecon.org.br

Conselhos Regionais de Economia

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA





www.cofecon.org.br

Setor Comercial Sul, Quadra 02,

Bloco B, sala 501

CEP: 70318-900 Brasília/DF

Tel: (61) 3208-1800

Fax: (61) 3208-1814